

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUAN FERNANDO SCHWINN SANTOS

**O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E A RELAÇÃO COM O
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - MS**

LUAN FERNANDO SCHWINN SANTOS

**O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO
DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. **Gabriela Rieveres Borges de Andrade**

DOURADOS – 2023

LUAN FERNANDO SCHWINN SANTOS

**O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO
DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA NO
MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGPsi/UFGD, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Gabriela Rieveres Borges de Andrade
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Conrado Neves Sathler
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Membro Titular da Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Mônica de Castro Maia Senna
Universidade Federal Fluminense – UFF
Membra Titular da Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Giovana Barbieri Galeano
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Membra Suplente da Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Catia Paranhos Martins
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Membra Suplente da Banca Examinadora

Dourados, 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237p	Santos, Luan Fernando Schwinn. O Programa Criança Feliz e a relação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família no município de Ponta Porã-MS. / Luan Fernando Schwinn Santos. – Dourados, MS : UFGD, 2023. Orientadora: Prof. Dra. Gabriela Rieveres Borges de Andrade. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Políticas públicas de assistência social. 2. Programa Criança Feliz. 3. Intersetorialidade. 4. Infância. I. Título.
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

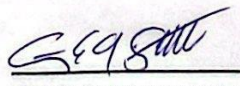


ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR LUAN FERNANDO SCHWINN SANTOS, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "PSICOLOGIA".

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta minutos, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - MS", apresentada pelo mestrando Luan Fernando Schwinn Santos, do Programa de Pós-graduação em Psicologia, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.^a Dr.^a Gabriela Rievers Borges de Andrade/UFGD (presidente/orientadora), Prof. Dr. Conrado Neves Sathler/UFGD (membro titular interno), Prof.^a Dr.^a Mônica de Castro Maia Senna/UFGD (membro titular externo). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado APROVADO. A Presidente da Banca atesta a participação do membro que esteve presente de forma remota, conforme declaração anexa. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados/MS, 06 de outubro de 2023.


Prof.^a Dr.^a Gabriela Rievers Borges de
Andrade
Presidente/orientadora


Prof. Dr. Conrado Neves Sathler
Membro Titular Interno


Prof.^a Dr.^a Mônica de Castro Maia Senna
Membro Titular Externo
(Participação Remota)

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: ____/____/____, PELA PROPP/ UFGD.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Grande Dourados
PROPP - Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa



Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Área de Concentração: Psicologia
Linha de Pesquisa: PROCESSOS PSÍCOSSOCIAIS

**DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO À DISTÂNCIA - SÍNCRONA - EM BANCA DE DEFESA DE MESTRADO /
UFGD**

Às 13h30 do dia 06/10/2023, participei de forma síncrona com os demais membros que assinam a ata física deste ato público, da banca de Defesa da Dissertação de Mestrado do candidato Luan Fernando Schwinn Santos, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Considerando o trabalho avaliado, as arguições de todos os membros da banca e as respostas dadas pelo candidato, formalizo para fins de registro, por meio deste, minha decisão de que o candidato pode ser considerado **APROVADO**.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
MONICA DE CASTRO MAIA SENNA
Data: 06/10/2023 17:16:49-0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

Mônica de Castro Maia Senna
Universidade Federal Fluminense

Dedico as palavras escritas na construção deste trabalho a todas as pessoas do campo das políticas públicas que constroem pontes, não muros, entre o serviço público e a população que dele necessita.

AGRADECIMENTOS

O período de construção desta pesquisa foi bem complexo para mim e envolveu sentimentos tanto positivos quanto negativos, a pós-graduação não é algo simples para quem tenta se entregar por inteiro. Durante este processo de construção, eu estava lidando com a pandemia, acabei perdendo uma pessoa importante para construção de quem eu sou e precisei processar este momento junto às disciplinas e à pesquisa. Portanto, é preciso agora acolher todos e todas que me deram suporte durante essa pesquisa e que permaneceram ao meu lado até o final, seja lendo o meu texto, ajudando no fazer pesquisa, ouvindo minhas reclamações e angústias.

Agradeço, primeiramente, a minha orientadora que acolheu minha pesquisa e que mesmo em minhas confusões me auxiliou nessa construção, pontuando caminhos que poderiam ser traçados.

Agradeço a Prefeitura de Ponta Porã e a Secretária de Assistência Social de Ponta Porã, Vera Lúcia de Oliveira, assim como toda equipe que me acolheu e propiciou esta pesquisa. Estendo meus agradecimentos a todas (os) as (os) trabalhadoras (es) que fazem da Assistência um local transformador e aquelas(es) que participaram diretamente ou indiretamente e que confiaram em meu trabalho e na relevância desta pesquisa.

Agradeço ao professor Conrado e professora Mônica, cujas valiosas questões e contribuições me permitiram aprofundar as discussões deste trabalho.

Agradeço ao secretário do PPGPsi/UFGD, Gustavo de Oliveira Araújo, pela disposição, atenção e ajuda dispensada a todos os acadêmicos.

Agradeço minha família por todo incentivo para que eu pudesse concluir esta etapa de minha vida acadêmica: a minha mãe Zeneide, por sempre cobrar de mim o melhor que posso ser e por me mostrar que, por meio da educação, poderia transformar a minha vida; a minha irmã Liuan, que me abrigou diversas vezes para que eu concluísse as disciplinas durante o mestrado e que sempre escolheu estar comigo nesta caminhada; ao meu pai Luiz, que me incentivou a fazer o projeto e ingressar nesta aventura, pois ainda que não esteja presente nesta etapa final, o sinto sempre; ao meu padrasto Arildo que sempre me apoiou nesse percurso e se mostrou presente nesse processo.

Agradeço ao Cristiano, que durante anos tem me escutado e me orientado sobre minhas aflições acadêmicas-existenciais e que sempre esteve ao meu lado para resolver as confusões metodológicas que eu criava na minha cabeça, ele foi fundamental para a conclusão desta pesquisa e é fundamental em minha vida. Agradeço ao Bruno, que mesmo distante se manteve presente para me puxar minha orelha e me lembrar do quanto eu poderia ser capaz. Ao Sá, somente Sá, que me faz enxergar a vida por outro ângulo, com leveza, arte e ludicidade, pois

isso propiciou encarar o fazer ciência de uma forma menos rígida.

Agradeço ao Renner, que me inspirou e sempre me incentivou a voltar para pós-graduação e tem sido muito fundamental nessa minha caminhada acadêmica, sempre me conduzindo para as discussões. Junto dele, os participantes dos grupos “Simbiose” e “Psicologia” que estiveram presentes quando eu mais me questionei profissionalmente e servem de bússola do meu fazer “psi” dentro e fora da universidade.

Agradeço aos colegas do Programa, em especial: Bárbara, Nair, Gabriela e Thaís, que me acalmaram e me ajudaram, e que sempre foram um ponto de suporte para as angústias e para os processos burocráticos, sem vocês o caminho seria muito mais complicado.

Agradeço aos meus amigos de Nova Alvorada do Sul, que tem me acolhido profissionalmente: Mateus e Joani por se manterem ao meu lado, mesmo com todas as reclamações sobre a vida e por serem meu porto seguro em meio às minhas fantasias para suportar toda realidade, principalmente nesta etapa final. Ao Wellyson, Claudia e Fabinho por estarem presentes nessa construção crítica e dialética do pensamento e também por valorizarem a educação como algo primordial. Ao Daniel que tem sido fundamental neste final de ciclo e que me encorajou a ser quem eu era, mesmo quando duvidei de mim. Ao Willian por ter me acolhido durante o início desta jornada e por sempre me incentivar a ser minha melhor versão.

Por fim, é importante dizer que a dissertação aqui escrita não é uma conquista individual, ela é fruto da doação irrestrita de diversas pessoas que compõem minha rede de apoio e, a partir do afeto, do apoio e da confiança que cada um depositou em mim, foi possível chegar a este texto. Logo, o texto aqui presente representa não só a mim, mas sim uma construção coletiva neste tempo-espço.

RESUMO

Esta é uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPG-Psi/UFGD), situado na Faculdade de Ciências Humanas. O objetivo geral foi compreender como se dá o atendimento à primeira infância no Sistema Único de Assistência Social, tendo como foco o Programa Criança Feliz (PCF) e seus desdobramentos em um município de fronteira do Mato Grosso do Sul. Os objetivos específicos foram identificar desdobramentos da implementação do Programa no Sistema Único da Assistência Social em Ponta Porã (MS), analisar a relação dos serviços já implementados pela política de assistência social e pelo PCF e discutir aspectos da intersectorialidade do PCF. A pesquisa se construiu a partir das falas de equipes vinculadas ao PCF e também ao serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e buscou analisar os conteúdos explicitados pelas(os) profissionais que atuam na Proteção Social Básica e no Programa Criança Feliz. Para a realização da pesquisa optou-se por uma abordagem qualitativa, sendo a mesma um tipo de investigação que possibilita a construção do conhecimento e é considerada e valorizada como um construto científico. Para o tratamento dos dados colhidos nas entrevistas recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Conteúdo, que abrange a análise de diversos tipos de documentos, textos ou mesmo os conteúdos de uma entrevista. Sendo possível chegarmos a quatro categorias finais que nortearam as discussões encontradas nas entrevistas, sendo elas: a estruturação e implementação do Programa Criança Feliz em Ponta Porã; as aproximações entre o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o PCF; a rede assistencial na fronteira; e as perspectivas para o PCF.

Palavras chave: Políticas públicas de assistência social, Programa Criança Feliz, Intersetorialidade, Infância.

ABSTRACT

This is a master's thesis developed in the Postgraduate Program in Psychology at the Federal University of Grande Dourados (PPG-Psi/UFGD), located at the Faculty of Human Sciences. The general objective was to understand how early childhood care is provided in the Unified Social Assistance System, focusing on the Happy Child Program (PCF) and its developments in a border municipality in Mato Grosso do Sul. The specific objectives were to identify developments implementation of the Program in the Unified Social Assistance System in Ponta Porã (MS), analyze the list of services already implemented by the social assistance policy and the PCF and discuss aspects of the intersectoral nature of the PCF. The research was constructed based on the speeches of teams linked to the PCF and also to the Protection and Comprehensive Assistance to Families (PAIF) service and sought to analyze the content explained by the professionals who work in Basic Social Protection and the Happy Child Program. To carry out the research, a qualitative approach was chosen, which is a type of investigation that enables the construction of knowledge and is considered and valued as a scientific construct. To process the data collected in the interviews, we used the theoretical-methodological assumptions of Content Analysis, which covers the analysis of different types of documents, texts or even the contents of an interview. It is possible to arrive at four final categories that guided the discussions found in the interviews, namely: the structuring and implementation of the Criança Feliz Program in Ponta Porã; the rapprochement between the Family Protection and Comprehensive Assistance service and the PCF; the assistance network at the border; and the prospects for the PCF.

Keywords: Public social assistance policies, Happy Child Program, Intersectorality, Childhood.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AC – Análise de Conteúdo

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CDC – Cuidados para o Desenvolvimento da Criança

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CIT - Comissão Intergestores Tripartite

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

PAIF – serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PCF – Programa Criança Feliz

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIM – Programa Infância Melhor

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPGPsi – Programa de Pós Graduação em Psicologia

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

QF – Qatar Foundation

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicef – Fundo das Nações Unidas para Infância

WISE – Prêmio Internacional de Educação realizado pela Qatar Foundation

SUMÁRIO

Apresentação	14
1. Introdução	15
2. Contextualizando essa história	17
2.1. Ariès e o nascimento da noção de infância	17
2.2. A ideia de estimulação da infância	22
2.3. Políticas públicas e infância no Brasil	25
2.3.1. Experiência Intersetorial: Primeira Infância Melhor	30
3. O Programa Criança Feliz	32
3.1 A Política de assistência social e o Programa Criança Feliz	35
3.2. Programa Criança Feliz divulgado, e agora?	40
3.3. Reordenamento do Programa Criança Feliz	43
4. Metodologia	47
4.1. Objetivos da Pesquisa	47
4.2. Universo da pesquisa	48
4.3. Aspectos éticos	49
4.4. Instrumento da pesquisa	49
4.5. Trabalho de campo	49
4.6. Análise de dados	50
5. Resultados	53
5.1. Estruturação e implementação do PCF em Ponta Porã	53
5.2. Aproximações entre o PAIF e PCF	57
5.3. Rede assistencial na fronteira	61
5.4. Perspectivas para o PCF	66
6. Considerações finais	68
7. Referências bibliográficas	71
Apêndices	82

APRESENTAÇÃO

O interesse pela infância nem sempre esteve presente em minha vida, pois eu não fui um adolescente que se importava com discussões e/ou reflexões acerca do mundo das crianças, acredito que não é comum um adolescente fazer tais reflexões. Durante a passagem pela Universidade, participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), assim estive inserido na escola/educação a partir de uma perspectiva da licenciatura em psicologia.

Estar na escola e visualizar a educação em um campo progressista e de mudanças alterou minha percepção e fez com que eu entendesse as infâncias como um campo de potências. Assim, as infâncias junto a uma educação crítico-reflexiva me fizeram pensar na transformação do cotidiano a partir de práticas da área em que eu estava me graduando. Fui bolsista do PIBID por quatro anos, trabalhando com crianças de 10 anos, que cursavam o Ensino Fundamental, até adultos, por meio do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Após essa experiência, concluí a graduação, trabalhei na saúde e comecei um processo de reflexão acerca da minha própria infância e da constituição da minha identidade enquanto uma pessoa que vivia uma sexualidade dissidente. Esse processo se manteve constante e me acompanha desde então.

A partir do momento que deixo a função de trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS) para assumir a posição de trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), minha percepção sobre o mundo começa a se modificar, as críticas em relação as desigualdades que já me acompanhavam se tornaram mais potentes no meu cotidiano. Em meio a tantas reflexões, me aproximo novamente do campo das infâncias quando me torno supervisor de um programa recente que o então presidente Michel Temer lança chamado “Programa Criança Feliz” e que tem como estratégia atender a população da primeira infância na política socioassistencial.

Durante este período, diversos questionamentos apareceram na mídia, a maioria vindo dos próprios trabalhadores do SUAS. O questionamento mais frequente foi referente ao não investimento no Serviço Convivência de Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que apesar de já existir dentro da política socioassistencial, não era executado. Ainda que esse pressuposto estivesse presente, me propus a entender e executar o programa, já que a Administração Municipal efetuou a adesão. O que vi, senti e vivi durante dessa experiência me motivaram a planejar uma pesquisa que culmina nesta dissertação.

1. INTRODUÇÃO

Quando se trata de programas referentes à Primeira Infância no Brasil, experiências como o “Primeira Infância Melhor” (PIM), do Rio Grande do Sul (2003); o “Programa Mãe Coruja”, de Pernambuco (2007); o “São Paulo pela Primeiríssima Infância”, do estado de São Paulo (2009); e o “São Paulo Carinhosa”, do município de São Paulo (2013), são referências em políticas públicas intersetoriais e são reconhecidas por seus resultados (Montoya; Silvestre & Solto, 2018). Essas políticas, em especial o PIM, serviram de base para a proposta apresentada pelo PCF no território brasileiro.

Nas últimas décadas, principalmente a partir da promulgação da Constituição de 1988, questões relacionadas a crianças e a adolescentes têm ocupado espaços em diversas políticas públicas. Essa inserção da criança nessas políticas se deve à mudança na realidade jurídica, em que a criança passa a ser compreendida enquanto sujeito de direitos (Cunha, 2016; Pase et al, 2020; Silva, 2019). As políticas atuais, incluindo o Programa Criança Feliz, têm como amparo o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257, 2016) que pavimentou o caminho entre o que se tem produzido na ciência sobre estimulação e a formulação das políticas públicas voltadas para primeira infância, que abrange o nascimento até os seis anos de desenvolvimento.

Institui-se pelo Decreto n. 8.869, de 5 de outubro de 2016 e alterado pelo Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018, o PCF no Estado brasileiro, de caráter intersetorial, buscando articular ações das políticas de assistência social, saúde, educação, cultura e direitos humanos. O PCF tem como objetivos: a) a promoção do desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; b) apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento da criança e para os cuidados perinatais; c) colaborar no exercício da parentalidade, de modo a fortalecer os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, de proteção e da educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; d) mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e aos serviços públicos de que necessitem; e) integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas destinadas às gestantes, às crianças na primeira infância e as suas famílias (Decreto n. 9.579, 2018).

Assim, o PCF adentra nesse campo das políticas públicas levantando diversos questionamentos relacionados a sua eficácia, ao modo de organização dentro das políticas intersetoriais e à efetividade desse programa em alcançar os objetivos acima citados. Para a construção e apresentação do estudo optamos por dividi-lo em cinco partes que nortearão esse caminho da leitura.

Em um primeiro momento, optamos por contextualizar a infância, realizando uma discussão sobre a noção de infância construída ao longo da história e a importância da

estimulação precoce durante a primeira infância, finalizando com uma breve apresentação do PIM. Após essa contextualização, podemos então apresentar o Programa Criança Feliz e visualizar um pouco melhor como ele funciona e como tem sido a sua relação com as políticas públicas já instituídas. No capítulo seguinte, poderemos observar quais caminhos foram adotados para realização dessa pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas e a opção metodológica pela Análise de Conteúdo. Ademais, seguiremos por apresentar o resultado desta caminhada por meio das categorias que surgiram ao longo da investigação. Por fim, nas considerações finais, retomaremos alguns pontos já elucidados ao longo do trabalho para avaliarmos o alcance de nossos objetivos iniciais.

2. CONTEXTUALIZANDO ESSA HISTÓRIA

Decerto não é fácil delimitar um início para o processo de construção de políticas públicas para a primeira infância, já que as desigualdades e as ações de assistência voltadas para os mais pobres não podem ser determinadas cronologicamente. No Brasil, desde que os portugueses aqui chegaram, as populações indígenas tiveram suas vidas colocadas como alvo de preocupação. Segundo Cordeiro (2018), os jesuítas foram os responsáveis pela primeira iniciativa de atendimento socioassistencial focada na caridade, por meio de esmolas, abrigo e alimentação. Essas práticas tinham como objetivo alterar o comportamento das crianças indígenas para encaixá-las nas normas sociais dos invasores. Esse aspecto de caridade na assistência durou até o século XIX, sendo substituído, então, pela fiscalização e apoio do Estado às instituições religiosas. Porém, antes mesmo desse período, é preciso perguntar: quando a infância passa a ser alvo de preocupação? E quando o Estado passa a ser responsabilizado em relação à situação dos pobres? Não pretendemos, neste capítulo, responder a questões tão complexas, mas delimitar alguns marcos históricos e indicar alguns caminhos que possibilitem uma reflexão sobre essas políticas.

2.1 Ariès e o nascimento da noção de infância

Foi um longo processo histórico até que as crianças fossem consideradas sujeitos de direitos e a infância se tornasse alvo de políticas públicas específicas. O trabalho de Philippe Ariès (2022), “História social da criança e da família” (publicado originalmente em 1960), foi inovador por ser um dos primeiros autores que se debruçou sobre o tema da infância a partir de uma perspectiva histórica. Por intermédio do seu trabalho, é possível compreender o que hoje é definido como *infância*, como um processo histórico. O autor mostra, com o auxílio de fontes, diários, fotos, dossiês familiares, registros, cartas e inscrições tumulares, que há uma ausência de um sentimento ou de uma noção sobre a infância até o fim da Idade Média.

O autor argumenta que na Europa, até o século XVII, o processo de aprendizado e de socialização se dava mediante a participação das crianças nas tarefas do dia a dia junto com os adultos. Ariès (2022) chama a atenção para o fato de as crianças não viverem muito tempo com os pais, era comum que fossem enviadas para receberem educação e/ou trabalharem na casa de outras famílias tão logo tivessem algum domínio dos afazeres. Outro aspecto enfatizado pelo autor, é que não há indícios, nas fontes que ele reuniu, de um forte apego dos pais às crianças pequenas. Elas eram anônimas. Uma das explicações é a alta mortalidade infantil na época, fazendo com que as famílias não se apegassem tanto às crianças pequenas.

Ariès (2022) aponta que o sentimento da infância é uma construção que passou por três

fases: em um primeiro momento, denominado “paparicação”, surgida no século XVII, no meio de famílias ricas e, posteriormente, disseminada em famílias pobres, Ariès aponta que “a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e relaxamento para o adulto” (2022, p. 181), assim se caracterizava essa primeira fase; um segundo momento que aparece de forma externa desse meio familiar, por meio dos eclesiásticos e do Estado, com uma moralidade muito alta, não se via as crianças como “brinquedos encantadores” e sim como “frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar” (Ariès, 2022, p.189), passando com o tempo de forma externa para dentro da vida familiar; por fim, por volta do século XVIII esses dois elementos são encontrados nas famílias e são associados a uma preocupação com a higiene e a saúde física. É importante salientar que essas fases não são heterogêneas, ou seja, elas não são separadas ou aconteceram de forma isolada, além de serem apreendidas a partir da socialização.

O sentimento de infância citado por Ariès (2022) se constitui para além da infância, ele está imbricado junto a outros sentimentos, como o de classe e o de raça, que surgem “como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, da mesma preocupação de uniformidade” (ARIÈS, 2022, p. 353). Então, por não existir um “sentimento de infância” desde sempre e esse ter sido construído a partir de um entendimento gradual e sócio-histórico, as crianças eram consideradas adultos em miniatura ou adultos defeituosos/incompletos, sendo a arte a principal forma de captura das representações naquela época, temos que “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la” (Ariès, 2022, p. 31). Assim, as crianças não eram respeitadas e compreendidas a partir do seu próprio mundo que é a infância, então seu tempo, no que tange o desenvolvimento físico e cognitivo, não era respeitado, afinal as teorias sobre o desenvolvimento infantil surgem na modernidade (Martins & Dalbosco, 2013).

Cavalcante (2021) aborda em seu trabalho algumas críticas direcionadas ao trabalho de Ariès, como: 1) a abordagem de uma infância generalizante e linear no trabalho de Ariès, pois suas fontes eram oriundas de famílias ricas e de um espaço geográfico restrito; 2) para Cavalcante o sentimento de infância não surge apenas na modernidade e a ausência desse sentimento em um determinado período da história é simplista; 3) uma apresentação evolutiva da história, em que há a transição de um passado sem noção alguma desse sentimento e um período moderno em que esse sentimento desabrocha.

O que as pesquisas mais recentes no campo da história das infâncias vêm demonstrando é que não se pode falar em uma essência natural e universal para atribuir às crianças e aos adolescentes. Ao contrário, a pluralidade de fontes e de vozes ouvidas através dos

testemunhos dos documentos indica que faz mais sentido falar em infâncias, no plural mesmo, pois representa melhor os recortes culturais, de classe, gênero e raça através dos quais se pretende analisar os sujeitos. Não consideramos provável que exista um padrão de infância, pronto a se desenvolver em uma espiral da história, predeterminado a acontecer por meio de um modelo bem definido e adequado especificamente à sensibilidade europeia (Cavalcante, 2021, p. 207).

Nessa perspectiva, pensar as infâncias para além das que Áries apresentou (medieval, francesa, burguesa), é pensar em uma justiça de saberes e promover igualdade epistêmica que vão além das epistemes que sempre nos foram impostas. Entretanto, Ariès instiga “o historiador brasileiro a procurar suas próprias respostas” (Del Priore, 2021, p. 10). Logo, existem especificidades que devem ser ditas quando pensamos nas infâncias de diversas localidades como: centro da Europa, do sul asiático ou da América Latina.

A história das crianças no Brasil precisa ser compreendida a partir da presença de diferentes grupos de crianças nativas, escravas, filhas dos senhores de engenho que dão visibilidade a diferentes segmentos da população. Assim poderemos compreender como se distinguem tais relações considerando diferentes perspectivas: étnico-racial, de gênero e de classe social, entre outras. (Azevedo & Sarat, 2015, p. 23)

No Brasil, é possível pensarmos em produções múltiplas dentro de nosso próprio território. A obra de Mary del Priore (2021) nos apresenta uma multiplicidade de infâncias, partindo de questões vividas na realidade brasileira. Logo de início a autora alerta para a necessidade de um olhar que parta de constatações concretas e que conte com a “observação crítica da realidade para relatar sua própria história” (Del Priore, 2021, p. 12). Alerta, ainda, para os processos de violência vividos por esses sujeitos:

(...) num país onde, há quinhentos anos, a formação social da criança passa mais pela violência explícita ou implícita do que pelo livro, pelo aprendizado e pela educação. Triste realidade num Brasil, onde a formação moral e intelectual, bem como os códigos de sociabilidade, raramente aproxima as crianças de conceitos como civilidade e cidadania. (Del Priore, 2021, p. 105)

Autoras e autores desse campo têm pensado as infâncias em uma perspectiva decolonial e interseccional. A análise interseccional se constitui em uma “ferramenta teórico metodológica

para compreender e desvelar os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, em práticas coletivas e em arranjos culturais/institucionais” (Santiago, 2019, p. 128). Assim, na busca por compreender infâncias mais próximas de nossa realidade, promove-se uma ruptura com as hierarquizações sociais herdadas pela colonização dos povos que aqui habitavam.

Logo, é preciso pensar como Del Priore nos sinaliza: “a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola” (Del priore, 2021, p. 11), para não invisibilizar infâncias que se encontram à margem e que são comumente esquecidas nesse jogo de forças que capturam nossos corpos para manutenção do *status quo*. Pensar este campo do Sul a partir do Sul é romper com paradigmas e epistemologias que nos encarceraram em jaulas e que produzem violência.

Investir em discussões interseccionais sobre as infâncias nos ajuda a identificar pontos de entrelaçamento entre essas infâncias, ajudando a compreender as complexidades dessas intersecções (Chaveiro & Minella, 2021). Dourado (2019) então reforça essa perspectiva ao apontar que:

O encontro com autores mergulhados nos estudos pós-coloniais e decoloniais propôs o desvelamento do horizonte de sentido histórico no qual estamos desenvolvendo críticas a um modelo eurocêntrico, originadas no interior das crises políticas, econômicas e sociais, libertando-se de uma intelectualidade subalterna (Dourado, p. 250, 2019).

Os pensamentos desse campo teórico-político nos abrem novos caminhos para pensar a ciência e questionar algumas verdades contadas a partir de um local que não é o que ocupamos. Com isso, podemos potencializar nossas vivências e construir uma história própria. Contudo, é importante salientar que um olhar decolonial não é o de ignorar essas outras produções como a de Ariès e outros(as) autores (as), mas o de pensar novas possibilidades que se aproximam mais de nossa realidade (Santos, 2018a).

Pesquisar sobre a história da infância também é trazer para o debate que a “história das políticas sociais, da legislação e da assistência (público ou privada), é, em síntese, a história das várias fórmulas empregadas, no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação de classes” (Rizinni & Pilotti, 2011, p.16), logo, não há como ignorar que há mais de uma infância e que as intersecções devem ser pensadas na produção de estratégias para o atendimento e defesa dessas crianças. Por exemplo, no Brasil, as políticas de atendimento dirigidas à infância tiveram como objetivo o controle da população pobre, que sempre foi vista como perigosa. Essa população pobre, preta em sua maioria, tinham acesso a políticas assistenciais que tentavam

compensar políticas efetivas para o desenvolvimento dessas infâncias (Rizinni & Pilotti, 2011).

Por algum tempo não discutimos isso, ou talvez não demos importância enquanto coletivo, porém temos que pensar sobre nossas fronteiras e a importância dessas intersecções. Essas fronteiras podem se tornar espaços de diálogo, mas que carregam uma ambivalência e uma violência manifestas na relação com o Outro (Ribeiro, 2002). Logo, essas infâncias devem ser acolhidas em suas singularidades e potencializadas.

Como bem sugere HomiBhabha (1998), as crianças só podem ser encontradas e acolhidas em seus deslizamentos, nas astúcias, mímicas e nas narrativas de crianças, quando em processos de liberdade se põe a narrar sobre si. Acolhimento aqui está longe do desejo de hospitalidade do colonizador, acolhimento aqui se faz na abertura ao outro, ao nascimento, à novidade. É no movimento, deslizamento que elas se tornam presentes. É na fronteira, no entre-lugar que elas se posicionam em suas ambivalências, presenças já saindo como lampejos de espaços e tempos hibridizados. É lá, no fora, nas margens, nas bordas, onde não as procuramos que elas se encontram. (Rodrigues et al., 198, 2018)

Fanon articula a ideia de que “O negro quer ser o branco” (Fanon, 2018, p.27), almejando a posição do ser. Fanon argumenta que, para isso, o negro se utiliza de subterfúgios para se elevar a essa condição, como por exemplo, o uso da linguagem. Fazendo uma correlação, as crianças ou adolescentes também se utilizam da linguagem para se elevar a uma condição de poder. Ao declararem: “eu já sou grande!” ou “já sou adulto!”, demonstram a relação de poder e a produção da lógica do adultocentrismo.

O adultocentrismo é “um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea. Ele atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultos(as) no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância” (Faria & Santiago, 2016, p. 850), fazendo com que muitas crianças sejam impossibilitadas de serem quem realmente são. Isso ocorre em decorrência de uma invisibilização histórica de algumas infâncias, apesar da presença delas durante toda história da humanidade. No adultocentrismo “as crianças são excluídas das narrativas de suas próprias histórias, é preciso, então construir outras narrativas que as protagonize” (Coelho, 2017, p. 33), a quebra desta lógica tem acontecido por meio da escuta dessas crianças e no exercício de alteridade presentes na lógica decolonial.

Contudo, ainda que historicamente os estudos apontem uma percepção de que, por muito tempo, as crianças foram invisibilizadas, recebendo atenção somente a partir da modernidade, as referências da Sociologia apontam a sua existência contínua, geracional

e fundante para a espécie humana, que vem de tempos remotos num processo de longa duração. Das crianças, dependem as próximas gerações nas relações concretas da existência material e da produção da vida social. (Sarat & Campos, 2017, p. 1263)

As crianças “fazem parte de um processo histórico, social, econômico e cultural, e há uma rede de ligações que dá sustentação para que hoje possamos considerar suas próprias formas de viver e pensar” (Ferreira & Sarat, 2013, p. 239). Essa valorização da infância pode ser vista na criação de marcadores legais, políticas públicas e ações que visam o atendimento da infância.

Assim, em meio ao reconhecimento da noção de infância, ou seja, a existência de características próprias e de reconhecer esse período como singular em nossa existência, caminhamos para políticas que defendam e protejam crianças e adolescentes. Mas por que precisamos criar políticas públicas específicas para esta etapa da vida ou para esta população? Por que investir na infância? Por que estimular a infância? Precisamos de políticas para quais infâncias? Essas são perguntas que disparam aos olhos quando pensamos nessa história e serão gatilhos para a discussão presente na próxima seção.

2.2 A Ideia de Estimulação da Infância

A estimulação na primeira infância vem se mostrando uma pauta importante para as políticas públicas no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. O Brasil vem adotando a estratégia de fortalecer políticas para o desenvolvimento integral da primeira infância, no âmbito da saúde. Cria-se então a rede Cegonha que consistiu “numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis” (Portaria n. 1.459, 2011, p.1).

No que tange à questão específica da estimulação, o Ministério da Saúde lança, em 2016, o plano de estimulação precoce para crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor que direciona as ações nessa área e versa que:

O cuidado à saúde da criança, por meio do acompanhamento do desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida é tarefa essencial para a promoção à saúde, prevenção de agravos e a identificação de atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor. Este acompanhamento nos dá maior garantia de acesso, o mais cedo possível, à avaliação, diagnóstico diferencial, tratamento e reabilitação, **inclusive a estimulação precoce**, das crianças que necessitem de cuidados especializados. (Ministério da Saúde, 2016, p. 11,

grifo nosso)

Sendo assim, a estimulação neuropsicomotora das crianças deve ser incentivada pelas políticas públicas, tanto no que cerne aos possíveis tratamentos, quanto para o cuidado integral para o desenvolvimento dessa criança. Podemos pensar que as políticas atuais, como o PCF, têm pensado a estimulação enquanto um processo de atividades realizadas pelas(os) responsáveis, sendo considerada uma estratégia a longo prazo para melhoria dos índices de desenvolvimento humano. Ramalhais et al. (2020) desenvolveram uma pesquisa bibliográfica “sobre a importância em trabalhar a estimulação precoce do bebê e/ou da criança quando estão em contexto de institucionalização” (p. 55083) e aponta que estimulações precoces terão impactos positivos a longo prazo na vida dessa criança e da comunidade ao seu entorno. Logo, a estimulação precoce ajudará a desenvolver habilidades sociais e adaptativas na vida dessa criança, possibilitando um desenvolvimento pleno e o crescimento pessoal (Ramalhais et al, 2020).

Acredita-se que as características, valores, capacidades intelectuais, entre outras particularidades dos indivíduos, estão relacionados diretamente ao investimento que estes recebem durante ao longo de seus anos, especialmente durante a primeira infância. Nota-se que os bebês podem e devem ser expostos a estímulos precoces, que lhes proporcionem a possibilidade de pleno desenvolvimento físico, motor e cognitivo, que poderá intervir significativamente em ações como a fala, o engatinhar, o andar e também refletir em sua vida adulta a partir da construção de um indivíduo ativo, responsável, que tenha valores e significância social e pessoal (Shimabukuro & Reis, 2019).

Como dito a estimulação precisa de investimentos durante a primeira infância e ela é essencial para o desenvolvimento pleno da criança. Pensando nisso é possível pensarmos no brincar como estratégia central dessa estimulação. Vygotsky (1998) compreendia que o brincar é uma atividade social da criança, sendo fundamental para o desenvolvimento sociocultural do sujeito, sendo a brincadeira uma das principais formas de compreensão da realidade na infância.

A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança; pelo contrário, é a primeira manifestação da emancipação da criança em relação às restrições situacionais. O primeiro paradoxo contido no brinquedo é que a criança opera com um significado alienado numa situação real. O segundo é que, no brinquedo, a criança segue o caminho do menor esforço – ela faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer – e ao mesmo tempo, aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se a regras e, por conseguinte renunciando ao que ela quer, uma vez que

a sujeição a regras e a renúncia a ação impulsiva constitui o caminho para o prazer do brinquedo (Vygotsky, 1998, p. 130).

Assim, o brinquedo e o processo de brincar propiciam o contato entre a criança e o mundo externo, esta noção também se encontra presente em documentos governamentais. O Ministério da Saúde, por exemplo, em publicação de 2016 sobre estimulação precoce afirma que:

No brincar a criança inicia o seu processo de autoconhecimento, toma contato com a realidade externa e, a partir das relações vinculares, passa a interagir com o mundo. O brinquedo torna-se instrumento de exploração e desenvolvimento das capacidades da criança. Brincando, ela tem a oportunidade de exercitar funções, experimentar desafios, investigar e conhecer o mundo de maneira natural e espontânea, expressando seus sentimentos e facilitando o desenvolvimento das relações com as outras pessoas. (Ministério da Saúde, 2016, p. 159)

É pela brincadeira que as crianças irão “compreender ideias, comportamentos, reflexões, atitudes” (Scherer, 2007, p. 112). Então os jogos, os brinquedos e a ação da criança ao brincar é um fator para a aprendizagem da mesma e isso dá suporte à construção do seu desenvolvimento pleno e das relações sociais. Brincar é uma característica da condição infantil. Todas as crianças em todas as partes do mundo brincam. Ao brincar, não dissociam este ato do fazer coisas sérias, ao contrário dos adultos, que quando se divertem em jogos, danças, festas, os consideram atividades de lazer, efetuando-os em momentos dissociados do trabalho (Scherer, 2007, p. 112).

O investimento no brincar é inserido nas formulações de políticas e programas, pois há nesta ação o desenvolvimento do sujeito através do desafio e das situações novas que as atividades realizadas proporcionam. Para além do desenvolvimento físico, o brincar auxilia na construção de afetos, no fortalecimento de vínculos familiares/comunitários e no desenvolvimento emocional. No documento que institui o PCF são mencionadas "pesquisas nas neurociências" que reforçam o entendimento da importância do investimento na primeira infância e as:

(...) teorias sobre o desenvolvimento humano de diversos autores – Bowlby, Winnicott, Vygotsky, Spitz, Pikler. Esses estudos já apontavam a importância dos vínculos, da família, dos cuidados, do brincar e de se oportunizar à criança, em seus primeiros anos de

vida, a possibilidade de se desenvolver em um ambiente familiar com segurança, vínculos e proteção. (Ministério de Desenvolvimento Social [MDS], 2017a, p.8)

No Brasil, documentos governamentais têm enfatizado a primeira infância e as experiências nessa fase da vida como referências cruciais para a vida adulta. Neste sentido, falar e andar não são desenvolvidos de forma natural e sim como frutos de um aprendizado baseado na quantidade e na qualidade do investimento que é feito na criança, afetando diretamente e indiretamente a construção de seus relacionamentos com os outros seres humanos e tornando-as protagonistas de suas relações sociais durante a vida adulta. Além da importância de pensar o ser humano como um todo, é percebê-lo como uma construção social, que envolve principalmente as trocas afetivas com seus cuidadores, bem como a rede de pessoas e instituições/instrumentos garantidos pelo Governo/Estado (Shimabukuro & Reis, 2019).

2.3 Políticas Públicas e Infância no Brasil

Como descrito anteriormente, as crianças passam pelo processo de considerá-las seres insignificantes, subsequente são colocadas em um lugar de imperfeição e, posteriormente, se tornam sujeito de direitos. Logo, a perspectiva das políticas e a inclusão desses sujeitos dentro das políticas públicas começam a acontecer em diversas áreas como Justiça, Educação, Assistência Social e Saúde. Isso vai acontecendo junto às ideias liberais de um Estado mínimo, que prevaleciam no final do século XIX e início do século XX (Otenio et al, 2008).

Nesse sentido pode-se entender a política social como estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social. De qualquer forma, é relevante destacar que a preocupação com a questão social do capitalismo industrial lança um novo olhar sobre a infância. Mendonça (2002) constata que, a partir do século XVII, ocorrem transformações nas funções da família e em sua organização, tomando como um dos polos a criança. Instala-se, desde então, um olhar mais homogêneo sobre os filhos, e os pais não se contentam mais apenas em “pôr filhos no mundo”, preocupam-se também com os cuidados necessários a todos eles e não apenas aos primogênitos (Otenio et al, 2008, p.03).

O conceito sobre infância não é estático e universal, portanto, ele foi se configurando com o passar do tempo e esteve presente durante toda história de nosso país, o que vai diferir cada momento histórico será o tratamento dado às crianças de cada época (Magalhães, 2017). É possível pensar em três fases iniciais para situar a atenção à criança no Brasil, sendo que:

(...) a primeira se inicia com descobrimento em 1500, até 1874; a segunda fase, de 1874 até 1889; e a terceira fase, de 1889 até 1930. Em seguida, de 1930 até 1990 e dessa década aos dias atuais, com a indicação legal ao atendimento integral à criança articulando cuidados à sua educação na etapa da Educação Infantil. (Magalhães, 2017, p. 85)

No campo das políticas educacionais podemos situar o século XIX e início do século XX como momentos de articulação para “as instituições de Educação Infantil [que] surgiam como uma proposta moderna” (Magalhães, 2017, p. 89), porém elas se deram por meio de um caráter higienista e discriminatório (Magalhães, 2017; Rodrigues & Cruz, 2020). Esse caráter discriminatório é percebido na diferenciação da intencionalidade do atendimento. Enquanto o modelo de atendimento das crianças pobres era visto como uma estratégia de combate à pobreza, o modelo de atendimento para crianças de classes sociais mais favorecidas economicamente visava o desenvolvimento das crianças (Rodrigues & Cruz, 2020).

O Brasil do século XIX e início do XX apresenta dois tipos de atendimento diferenciados, porém, não dicotômicos: um de caráter mais assistencial para classes populares e outro mais pedagógico para as classes abastadas. O modelo do “jardim-de-infância” era para atender crianças privilegiadas e os “asilos” ou “creches” para as crianças pobres. Estas formas serão disseminadas ao longo do século XIX e encontrarão, posteriormente, melhores condições no processo de ensino elementar no Brasil. (Azevedo & Sarat, 2015, p. 28)

As reivindicações de expansão de atendimento às crianças na educação se intensificam no início do século XX, partindo de operárias que não tinham onde deixar seus filhos e filhas e exigiam das empresas locais a guarda e atendimento às crianças. Assim, as ações voltadas para educação infantil têm como principal objetivo liberar mão de obra das mulheres para o mercado (Caldas, 2013). Havia, portanto, uma distinção entre os objetivos das creches e da educação infantil. Enquanto uma funcionava para suprir a necessidade das empresas em uma lógica capital, a outra tinha o foco na formação para a vida adulta, para atender as famílias com maior poder aquisitivo preocupadas com a preparação das crianças “para atender os anseios de suas famílias (burguesas) com relação aos bens e as posses” (Caldas, 2013, p. 9642).

Pode-se pensar que esse processo educacional das crianças brasileiras se construiu em meio a “mudanças nos processos sociais de constituição do Estado, transformações do sistema

produtivo, constituição de novos arranjos familiares, reorganização social que o país esteve imerso em finais do século XIX e início do século XX” (Azevedo & Sarat, 2015, p. 25). Logo, esse processo foi sendo construído de forma não linear, com tensões e disputas de poder da época, embora seja observado na construção das políticas educacionais até os dias de hoje, como por exemplo, a discussão sobre as discussões de gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

No campo da justiça e da assistência social, um dos primeiros passos para o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direito no Brasil é a criação, em 1924, do Juízo Privativo dos menores abandonados e delinquentes, em uma lógica de internação desses menores e que tinha como objetivo a assistência, a proteção, a defesa, o processo e o julgamento daqueles que tivessem menos de 18 anos (Silva, 2019). Um dos marcos para as políticas relacionadas às crianças e aos adolescentes no Brasil foi o Código de Menores, elaborado pelo professor e jurista José Candido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina, promulgado em 1927, que configurou neste campo a consolidação da assistência social, mesmo que fragmentada entre o atendimento aos menores e outras iniciativas de proteção social (Mendonça, 2002). O código visava:

Os aspectos gerais do projeto referiam-se à guarda, tutela, vigilância, educação, preservação e reforma dos menores de 18 anos. Destinado a assistir aos menores que se encontravam expostos, abandonados ou praticando atos delinquentes (Código de Menores, 1927, arts. 14, 26 e 68). Considerava-se expostos os menores até sete anos de idade, que se encontravam abandonados, onde quer que fosse; no grupo dos menores abandonados estavam os menores que não possuíam habitação fixa, nem os meios necessários para sua subsistência, por terem seus responsáveis falecido, desaparecido, ou considerados inaptos, por possuírem práticas contrárias à moral e os bons costumes; no grupo dos menores delinquentes estavam os menores de catorze anos apontados como autores ou cúmplices de atos considerados crimes ou contravenções (Silva, 2019, p. 05).

Contudo, o Código de Menores muitas vezes servia de instrumento do Estado para exclusão social, visto que a criança pobre era considerada perigosa, devendo então ser tutelada pelo Estado, principalmente aquelas oriundas de famílias pobres, pretas e periféricas. Logo, a criança foi marginalizada e culpabilizada por sua existência, ficando impossibilitada de modificar o futuro que a aguardava (Cunha, 2016).

No final dos anos de 1970 surgem novas iniciativas em relação ao tratamento das

crianças em nosso país, com a revisão do Código de Menores promulgado em 10 de outubro de 1979. O novo Código de Menores é construído com base no paradigma do código anterior, ou seja, traz o menor em situação irregular, paradigma esse que vai ser atualizado na Constituição Federal (CF) de 1988 e consolidado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, resultante de uma intensa mobilização social e política (Otenio et al, 2008).

No Brasil, a crise decorrente do esgotamento do “milagre econômico”, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, propiciou uma conjuntura socioeconômica favorável ao movimento da sociedade em direção à redemocratização e, com isso, a reorganização da sociedade civil, através de diversos acontecimentos sociais. O processo de redemocratização da sociedade brasileira levou à instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a possibilidade de se estabelecer outra ordem social, em novas bases, o que fez com que esses movimentos se articulassem para tentar inscrever na carta institucional direitos sociais que pudessem ser traduzidos em deveres do estado, através de políticas públicas. (Otenio et al, 2008, p. 04)

O período de autoritarismo no Brasil, vivido na ditadura militar, marcou a história de nosso país. Logo após o fim desse período, houve movimentos que propunham uma volta da democracia e das instituições democráticas. Esses movimentos também se estenderam aos direitos de crianças e adolescentes, pois com a Constituição Federal promulgada temos a garantia de proteção integral e a efetivação dos direitos dessa população (Pase et al., 2020). Dois anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trazendo junto à Constituição Federal uma nova visão sobre a infância, abandonando o uso do termo “menor” que traz diversas significações negativas, o que acabou contribuindo para a desassociação da pobreza com a “delinquência infanto-juvenil” e para a desestigmatização da criança/adolescente enquanto extensão de seus genitores (Cunha, 2016; Pase et al., 2020).

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem para consolidar o comprometimento do Estado, reforçando e organizando o disposto no artigo 227 da Constituição Federal, assim o ECA se institui em 13 de julho de 1990. Um de seus pontos mais importantes se deve à divisão de deveres descritos no ECA, em que ele descentraliza as obrigações do pleno desenvolvimento dessa criança e possibilita pensar o bem-estar desse sujeito de forma ampla e respeitosa, assegurando-lhe direitos sociais, como bem descreve o quarto artigo: “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao

lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Lei n. 8.069, 1990, p.16).

O ECA atribuiu a toda sociedade e ao Estado a obrigação do tratamento prioritário de proteção dos direitos e efetivação da cidadania das crianças e dos adolescentes brasileiros. Esta legislação gerou uma reorganização das instituições, como a criação da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), em substituição à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e com o objetivo de construir políticas públicas para a área, incentivando a criação de Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares e redes de proteção social estaduais e municipais. (Pase et al, 2020, p. 1002)

Passando a entender a criança como um sujeito de direitos e que deve ser atendida de forma integral, se tornando uma das legislações mais avançadas no que tange a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, o ECA se ancora na doutrina de proteção integral, ou seja, devem ser entendidos como sujeitos plenos com direito à proteção prioritária, tendo em vista que são sujeitos em desenvolvimento.

Diante da criação desta base legislativa, ancorada na doutrina de proteção integral a crianças e adolescentes, atribuiu-se uma nova tarefa à sociedade brasileira na defesa dos direitos da infância, a de mudar as práticas e a cultura, tanto das instituições de acolhimento como da sociedade em geral, quanto à tolerância ao uso da violência e ao desrespeito dos direitos das crianças e adolescentes, principalmente os mais vulneráveis socioeconomicamente (Pase et al., 2020, p. 1002)

Logo, o que balizou as ações voltadas para crianças e adolescentes foi o combate às desigualdades socioeconômicas, que são frutos de uma herança marcada pela violência de classe, raça, etnia, sexualidade e gênero, que perduram até os dias de hoje (Castro & Macedo, 2019). Logo, não basta mudarmos o sentimento pela infância, mas precisamos de ações que combatam essa carga histórica entranhada em nossos pensamentos, comportamentos e que perpetuam desigualdades sociais. Assim, essas legislações não só nos fazem avançar, mas também nos colocam em alerta para que essas violências não sejam perpetradas para outras gerações.

Com o intuito de superar essas desigualdades, é importante pensar em políticas intersetoriais que atendam populações específicas e que precisam de ações personalizadas para

que se possa atingir seus objetivos. Assim, surge o programa Primeira Infância Melhor, que busca o desenvolvimento integral à primeira infância. Sendo apresentado na próxima sessão, o PIM tem importância para o PCF, visto que o mesmo serviu de base para criação desse programa nacional.

2.3.1 Experiência Intersetorial: Primeira Infância Melhor

O tema da primeira infância tem ganhado visibilidade nas políticas públicas nos últimos anos, principalmente após a aprovação do Plano Nacional pela Primeira Infância, em 2010 e atualizado em 2020; da Lei n. 12.722/2012, que cria o Brasil Carinhoso no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria; e a instituição pelo Ministério da Saúde da Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança (Portaria n. 1.130/2015) e da estratégia da Rede Cegonha (Portaria n. 1.459, 2011).

O PIM é uma política intersetorial que visa a promoção do desenvolvimento integral da primeira infância, se institui no estado do Rio Grande do Sul a partir da Lei n. 12.544/2006, e atualizada pela Lei n. 14.594/2014. O programa se inspira no Projeto cubano “Educa a tu Hijo” do Centro de Referência Latinoamericana para La Educación Preescolar (CELEP) (Costa, 2015) e tem como objetivo apoiar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, na promoção do desenvolvimento integral das crianças, desde a gestação até os seis anos de idade (Lei 14.594, 2014).

Destaca-se o envolvimento de Osmar Terra tanto a frente do programa Primeira Infância Melhor quanto, posteriormente, do Programa Criança Feliz e as semelhanças e convergências desses programas são notórias tendo inclusive um “Guia de integração: PIM E CRIANÇA FELIZ” que está em sua 4ª edição (2022).

O PIM inspirou e apoiou a construção de diversas iniciativas, se consolidando como referência no cuidado com as infâncias no Brasil e na América Latina – posição reconhecida por organismos internacionais como UNICEF, UNESCO, OPAS e BID. Entre elas, destaca-se o apoio na construção das iniciativas vinculadas ao Programa Brasil Carinhoso e do Programa Criança Feliz (PCF), ambos do Governo Federal. Para este último, participou ativamente na construção da proposta de estrutura a ser adotada e da metodologia de atuação, além de ter disponibilizado materiais e instrumentos para uso irrestrito. (Governo do Rio Grande do Sul, 2022, p. 11)

Logo, apesar do PIM ser um programa vinculado à Secretaria Estadual de Saúde e o PCF ser uma política alocada na Assistência Social, é possível afirmar que a estrutura que temos

do PCF é proveniente desses esforços e experiências do PIM. No próximo capítulo será possível entender como o PCF funciona e os desdobramentos desse novo Programa.

3. O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O governo federal vai afirmar em suas orientações pelo site oficial que “o Programa Criança Feliz surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a seus pequenos, ferramentas para promover seu desenvolvimento integral” (Ministério da Cidadania, 2019). Assim, compreende-se que o Programa Criança Feliz entende que com as visitas domiciliares essas equipes darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento infantil.

O PCF tem como objetivo apoiar e acompanhar o desenvolvimento integral na primeira infância de famílias em situação de vulnerabilidade e tem como público-alvo: gestantes inseridas no Cadastro Único; crianças de até 36 meses e suas famílias inseridas no Cadastro Único; crianças de até 72 meses que usufruem do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e/ou que estejam afastadas do convívio familiar em razão de aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Ministério de Desenvolvimento Social [MDS], 2017b).

O PCF tem como fundamento a Lei n. 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, que visa promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. O Marco Legal da Primeira Infância considera a primeira infância o período que abrange os seis primeiros anos completos, ou seja, os primeiros 72 meses de vida da criança. Nesse período, a família é a principal mediadora na relação da criança com o mundo e a principal facilitadora dos processos de desenvolvimento (Lei n. 13.257, 2016).

Esse público recebe visitas de profissionais de nível médio ou superior e de um técnico de nível superior do Sistema Único de Assistência Social (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006), onde todos os atores devem ser capacitados na metodologia “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança” (CDC), desenvolvida pela psicóloga social Jane Lucas e cedido ao Brasil pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Segundo o guia para visita domiciliar do PCF, as visitas se amparam em alguns objetivos:

Apoiar os esforços das famílias com os cuidados para o desenvolvimento integral da criança; Identificar a interação entre a criança e o familiar responsável direto pelos cuidados e a proteção da criança; Orientar a família sobre atividades e cuidados que fortaleçam o vínculo entre a criança e o seu cuidador (a), desde a gestação; Informar a família sobre a importância de atividades lúdicas para estimulação do crescimento e desenvolvimento integral da criança; Identificar necessidades de acesso a serviços e

direitos (MDS, 2017b, p. 26).

No CDC as atividades e brinquedos que são apresentados ao cuidador principal de cada criança nessas visitas estão baseados em gestos, cores, sons, expressão corporal e a capacidade da criança de imitar e ressignificar os estímulos que está recebendo de seu meio social. Com subsídios nos estudos de Vygotsky (1998), a interação e a comunicação da criança com o meio social é extremamente importante para a realização de atividades que surjam em seu cotidiano e auxiliam o seu desenvolvimento pleno.

O quadro abaixo descreve a frequência com que as visitas domiciliares devem ocorrer, de acordo com o público alvo:

Quadro 1 - Público alvo e visitas domiciliares no Programa Criança Feliz.

Público alvo	Frequência das visitas domiciliares
Gestantes inseridas no Cadastro Único	Mensal
Crianças de 0 até 36 meses (BPC e Cadastro Único)	Semanal
Crianças de 36 meses a 72 meses incompletos (BPC)	Quinzenal

Fonte: MDS (2017b, p.30)

Carneiro, Melo, Arcoverde e Alves (2020), apoiadas em Sposati (2017) vão tecer críticas a esta metodologia e na forma de funcionamento do PCF, principalmente na questão das visitas domiciliares. As autoras apontam que a periodicidade pré-estabelecida com cada família estabelece uma vinculação desse visitador com o grupo, sendo este um caminho complexo que pode não ser benéfico para família, tornando-se uma prática e metodologia invasiva, que não assegure a privacidade e autonomia dessa família, formatando os comportamentos e ações dessa família em torno de um ideal da infância. Assim, a política pública acaba que excluindo aquelas outras infâncias que surgiram na discussão inicial deste trabalho por meio de uma idealização. Elas ainda concluem que:

(...) a iniciativa do PCF procurou se adequar ao reforçar em suas bases os princípios e diretrizes do Marco Legal da Primeira Infância e, por conseguinte, do Estatuto da

criança e do adolescente, embora resguardadas as críticas necessárias ao seu processo de implementação e ao seu caráter intersetorial, que ainda apresentam aspectos a serem qualificados nos territórios e na execução direta com as famílias (Carneiro et al, 2020, p. 161).

Essas críticas que as autoras colocam como necessárias são explicitadas pois, segundo as autoras, o PCF parte de um projeto capitalista de modelo de gestão neoliberal e que vai restringir do Estado diretrizes mais universalizantes e redistributivas na implementação dessa política. Assim, o atendimento não contempla aos anseios e necessidades da população, pois a mesma não interage com esses interesses diversos (Carneiro et al, 2020).

O PCF tem no seu desenho uma proposta intersetorial, logo é preciso a articulação entre as políticas assim “o programa prevê, além da coordenação, comitês e grupos técnicos de formação intersetorial” (MDS, 2017a, p.13). O Comitê Gestor se configura enquanto um espaço de articulação formado por representantes das políticas envolvidas no PCF, que deve auxiliar e articular as ações desenvolvidas pelo Programa. Cada município define a composição do Comitê Gestor Intersetorial de acordo com os serviços e políticas ofertadas no âmbito local, mas, em geral, o comitê é composto por representantes das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação e Conselho Tutelar. Carneiro et al (2020) analisam a questão da operacionalização do PCF e sua intersetorialidade:

A articulação de saberes técnicos em busca de objetivos comuns foi alternativa criada para a compensação das fragilidades das políticas setoriais, no entanto, o trabalho intersetorial requer, além da troca de saberes, habilidades e competências que não são, tradicionalmente, estimuladas pelo Estado. (2020, p. 163)

Ou seja, apesar da articulação proposta pelas políticas intersetoriais, as trocas de saberes e outras habilidades não têm sido estimuladas pelo Estado. Logo, a articulação feita para que essas habilidades sejam desenvolvidas precisa de um investimento muito amplo e estrutural para sua eficácia.

O município pode aderir ao PCF, sendo condição ter pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social em funcionamento e ter, no mínimo, 140 habitantes na condição de público-alvo do programa. Aderir ao programa implica em uma contrapartida financeira que será realizada em três fases: Implantação, Etapa de Execução - Fase I e Etapa de Execução - Fase II.

- Implantação: o recurso vindo pelo período de um mês baseado no cálculo de:

$R\$75,00 \times \text{quantitativo de indivíduos da meta aceita} \times 2$. E nos três meses subsequentes: $R\$75,00 \times \text{quantitativo de indivíduos da meta aceita}$.

- Etapa de Execução - Fase I: Parcela Fixa ($R\$75,00 \times 80\%$), que será balizada pela composição da equipe e do quantitativo de beneficiários acompanhados e uma parcela variável ($R\$75,00 \times 20\%$), que será balizada pela quantidade de beneficiários visitados;
- Etapa de Execução – fase II: parcela fixa ($R\$75,00 \times 60\%$), que será balizada pela composição da equipe e do quantitativo de beneficiários acompanhados e uma parcela variável ($R\$75,00 \times 40\%$), que será balizada pela quantidade de beneficiários visitados (Portaria n.º 2.496, 2018).

Após a análise de cada município e atendendo aos critérios, o mesmo pode aderir ao programa. Além disso, o PCF busca em seus objetivos fortalecer a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com a redução de vulnerabilidades e desigualdades, de modo a potencializar a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas. Renova, ainda, os compromissos do Brasil com a atenção às crianças com deficiência beneficiárias do BPC-PCD (Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência) e suas famílias, bem como as crianças privadas do convívio familiar, atendidas em serviços de acolhimento, e suas famílias (MDS, 2017c).

3.1 A Política de Assistência Social e o Programa Criança Feliz

A política de Assistência Social, além de ser uma das políticas que integra o Programa Criança Feliz, é aquela que servirá de base e que se adequará para a chegada dessas novas equipes dentro da gestão pública. A participação do SUAS no PCF foi regulamentada em 2016 pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A assistência social já possui uma trajetória de atuação na atenção às famílias com crianças na primeira infância, tanto na Proteção Social Básica (PSB), quanto na Proteção Social Especial (PSE), inclusive junto ao público prioritário do PCF.

É, portanto, fundamental conhecer a política de Assistência Social para discutirmos sobre o PCF e sua articulação dentro da rede socioassistencial. As ações do Sistema Único de Assistência Social “são orientadas pela diretriz da matricialidade sociofamiliar, que supõe identificar e reconhecer as necessidades e direitos do núcleo familiar e as especificidades e singularidades de seus membros, inclusive aqueles pertinentes a cada ciclo de vida” (MDS, 2017).

Dentre outros aspectos, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o suporte e apoio à família para o fortalecimento da capacidade protetiva e as atenções às

vulnerabilidades próprias do ciclo de vida e da presença de pessoas com deficiência são ações que integram o escopo da política de Assistência Social e dialogam com o PCF, assim como os cuidados e a proteção a crianças afastadas do convívio familiar mediante a aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, art. 101, caput, incisos VII e VIII) (BRASIL, 1990) e atenção às suas famílias. (MDS, 2017, p. 08)

Nesse sentido, a participação no PCF desenvolve atenções que já deveriam ser executadas no âmbito do SUAS (Sposati, 2017), porém será que ele aprimora essas ofertas existentes no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE)? Essa e outras questões só são possíveis devido ao fortalecimento e a construção de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é um sistema público, estatal e descentralizado que fornece à população serviços socioassistenciais no Brasil (MDS, 2009).

Com um modelo participativo que envolve uma estrutura política nacional, estadual, municipal e do Distrito Federal, as ações desse sistema se dão em dois níveis, a Proteção Social Básica, destinada à prevenção social e pessoal da população em vulnerabilidade social por meio de programas, serviços, projetos e benefícios individuais e familiares. Além desta, temos a Proteção Social Especial, destinada a famílias e pessoas que se encontram em situação de risco e que tiveram direitos violados, como abandono, maus-tratos, abuso sexual, abuso de drogas entre outras questões (MDS, 2005). Assim, a política nacional de assistência social deve garantir o mínimo essencial e proteger essas famílias e indivíduos das vulnerabilidades em que elas se encontrem.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social. (MDS, 2004, p. 31)

Portanto, é dever da política de assistência social, juntamente as outras políticas garantir o acesso ao bem-estar de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias. Assim, deve-se investir em programas e serviços que garantam o desenvolvimento integral dessa criança, potencializando suas habilidades por meio de políticas que as incluam em suas ações.

Na Proteção Social Básica teremos como unidade central e organizadora o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que é um espaço físico localizado em região central ou área de vulnerabilidade decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade, voltada para o atendimento socioassistencial. O CRAS promove a potencialização da rede socioassistencial básica local, funcionando como um sistema ordenado das ações da Assistência Social, articulando e promovendo a criação, a ampliação, o fortalecimento e a integração de programas, projetos e serviços governamentais, municipais e da sociedade civil (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

Segundo a Tipificação dos serviços socioassistenciais (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014) a PSB, por meio do CRAS, tem de oferecer alguns serviços, sendo eles: 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014, p. 09)

O PAIF consiste no trabalho socioassistencial com as famílias sendo uma “ação continuada da assistência social”, a partir do Decreto n. 5.085, de 19.05.2004. Esse trabalho objetiva o fortalecimento da função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de seus vínculos e proporcionando o acesso aos serviços, benefícios e direitos para melhoria de sua qualidade de vida. A equipe técnica do PAIF identifica as necessidades dos indivíduos e das famílias de cada localidade, acolhe e insere em atividades coletivas e/ou, se necessário, encaminha os integrantes do grupo familiar para outros atendimentos. Assim, as ações que compõem o PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014).

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e

Idosas “tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários” (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014, p. 25), objetivando a garantia de direitos e desenvolvendo mecanismos para inclusão social e participação desses indivíduos, contribuindo com o desenvolvimento de sua autonomia partindo de suas necessidades e potencialidades, prevenindo situações de exclusão social e isolamento. O serviço serve de conexão entre o indivíduo e a rede socioassistencial, além dos demais serviços de outras políticas públicas (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014).

Por fim, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço ofertado de forma complementar ao PAIF e visa prevenir a ocorrência de situações que coloquem o indivíduo em risco social. Ele é organizado em grupos de acordo com o ciclo de vida: crianças até 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes de 15 a 17; jovens de 18 a 29; adultos de 30 a 59 e pessoas idosas (acima de 60 anos). O serviço “estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território” (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014, p. 16). Ampliando as trocas socioculturais, desenvolvendo o sentimento de pertencimento e de identidade, fortalecendo vínculos, incentivando a socialização e convivência comunitária.

O serviço executado para crianças até seis anos prevê o trabalho com atividades para criança, família e comunidade com intuito de fortalecer os vínculos, tem como escopo o reconhecimento da condição peculiar de dependência e no desenvolvimento desse ciclo de vida. As atividades serão articuladas por meio de brincadeiras e brinquedos que favoreçam o desenvolvimento e a sociabilidade, trazendo discussões reflexivas para as famílias relacionadas ao desenvolvimento das suas potencialidades (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014). O serviço direcionado a crianças até 6 anos terá como objetivos específicos:

Complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; - Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; - Fortalecer a interação entre crianças do mesmo ciclo etário; - Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras e a promoção de vivências lúdicas; - Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos de crianças com deficiência e o papel das famílias e comunidade no processo de proteção social; - Criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção das crianças e no processo de desenvolvimento infantil. (Ministério de Desenvolvimento Social e

Combate à Fome, 2014, p. 20)

O PCF surge como uma política para atender, apoiar e acompanhar o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância, assim potencializando o desenvolvimento dessa fase da vida (MDS, 2017c). Entretanto, o SCFV não poderia ter sido utilizado para a potencialização dessa população? Por que criar um Programa quando há um Serviço já instituído? Essas questões nos rodeiam a todo momento quando analisamos as políticas de assistência social e nos fazem refletir as políticas públicas como um campo em disputa (Fonseca, 2013), inclusive, políticas públicas para a infância. Logo, as políticas públicas são “uma infindável teia de interesses, que congrega desde a capacidade técnica de elaborar e implementar um dado programa, as contendas orçamentárias, e as combinações e recombinações de interesses em cada etapa do ciclo” (Fonseca, 2013, p. 404).

Pode-se dizer que “políticas públicas” podem ser caracterizadas como um processo de decisão política que se materializa em objetivos com resultados esperáveis, normalmente vinculados à transformação de uma dada realidade, com vetores distintos, e que envolvem: a) técnicos estatais e não governamentais, burocratas e políticos (tomadores de decisão); b) atores distintos (com “recursos de poder” assimétricos), cenários e conjunturas (por vezes voláteis); c) capacidade e viabilidade de o Estado disponibilizar recursos orçamentários, humanos, legais e logísticos; d) mecanismos de mensuração dos resultados. A teoria do “ciclo de políticas públicas” (agenda, formulação, implementação e avaliação) pode ser invocada para fins mais pedagógicos do que propriamente reais, uma vez que a realidade não apenas é mais complexa do que faz supor estas etapas, como também mais “confusa”. (Fonseca, 2013, p. 405)

Nas duas décadas que se seguiram a Constituição de 1988, estruturou-se uma rede de serviços, programas e benefícios descentralizada, com equipes multiprofissionais em todo o território nacional. Esta implementação, no entanto, não aconteceu de forma contínua e progressiva, sendo marcada pelo assistencialismo, a política de assistência social sofreu e sofre uma intensa disputa de interesse.

Se a partir dos anos 2000, há uma significativa expansão de recursos e de cobertura de benefícios e serviços na área socioassistencial (Vaitsman et al, 2009), a partir de 2017 há intensos retrocessos em termos de financiamento das políticas públicas em geral, especialmente do SUAS, ao mesmo tempo em que a demanda pela assistência social aumentou significativamente devido ao aumento das vulnerabilidades (Braga, 2020; Macedo, Fontenele

& Gomes, 2022; Santos, 2020; Sobrinho & Veiga, 2023; Ruiz, 2021). Neste contexto nacional de enfraquecimento e (des)financiamento das políticas de assistência social e de obstáculos na implementação plena dos serviços, bem como no fortalecimento do discurso técnico-científico, principalmente em âmbito internacional, da necessidade de se trabalhar com as crianças desde a tenra infância, que surge o Programa Criança Feliz, alvo deste estudo.

3.2 Programa criança feliz divulgado, e agora?

Após o anúncio do programa, muito se questionou sobre o conteúdo, finalidade, legalidade, institucionalidade e impactos que o PCF produzirá sobre os direitos de proteção integral da criança e do adolescente brasileiro (Sposati, 2017). Os movimentos sociais e a mídia brasileira questionavam a influência do neoliberalismo e a lógica higienista que, segundo essas críticas, o programa demonstrou ter.

No primeiro artigo direcionado à análise do programa encontrado na revisão, Aldaíza Sposati (2017) busca entender essa “transitoriedade da felicidade da criança brasileira”, ela levanta os possíveis impactos que o programa traria ao SUAS e aos serviços socioassistenciais.

As ações que o PCF indica já são contempladas na assistência social pelo Paif e pelo Paefi, executadas pelos Cras e Creas, bem como pela rede de serviços socioassistenciais referenciada a estes. O PCF sobrepõe ações já previstas pela PNAS 2004 “que afirma realizar de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (PNAS/04,p.33), provendo serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem, bem como assegurando que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária. (Sposati, 2017, p. 541-542)

Apesar das críticas apontadas por Sposati (2017) e pelos movimentos sociais na época (que criticavam duramente o primeiro-damismo no programa), o Programa Criança feliz foi instituído em alguns municípios elegíveis no território nacional e tem se estabelecido na política de assistência social, tendo inclusive a implantação de um sistema próprio de lançamento de visitas e relatórios a nível federal no ano de 2020.

No estado de Mato Grosso do Sul (MS) foram realizados 106 mil atendimentos no ano de 2023 em 31 municípios, tendo também 190 visitantes ativos no sistema (Rosa, 2023). Além

disto, o MS se fez referência no atendimento e na metodologia de trabalhos desenvolvidos com crianças afastadas do convívio familiar no âmbito da promoção do desenvolvimento integral na primeira infância (Rosa, 2019).

O estado de Mato Grosso do Sul teve, além de reconhecimento pelo trabalho com crianças afastadas do convívio familiar, três vencedores no concurso nacional promovido pelas fundações Maria Cecília Souto Vidigal e Bernard van Leer, que premia boas práticas de visitantes na pandemia e visa valorizar iniciativas profissionais no fortalecimento da primeira infância (Rosa, 2020). Após sua implementação, o programa ganhou destaque internacional ganhando, no ano de 2019, a Cimeira Mundial para a Inovação na Educação (WISE), uma iniciativa da Fundação Qatar (QF). O prêmio reconhece projetos inovadores de todo o mundo que abordam os desafios educativos mundiais (Prnewswire, 2019).

Além das experiências levantadas no MS, Gaia, Candido e Barbosa Júnior (2019) nos apresentam em seu artigo “O programa criança feliz e suas contribuições para o desenvolvimento da criança na primeira infância: apontamentos sobre o caso de Ribeirão Preto/SP”, duas conquistas relevantes a partir da sua implementação na cidade:

Primeiro, qualificar, melhorar e incentivar de forma integrada e complementar o PAIF junto aos CRAS/SUAS, melhorando a resolutividade do atendimento para as famílias e indivíduos que acompanha; e, segundo, levar a ação socioassistencial a vencer determinadas barreiras e desafios, na perspectiva de atuar com mais amplitude, tranquilidade e rotina cotidiana no viés de intersectorialidade e interdisciplinaridade, passando a discutir o cofinanciamento, não só interfederativo (Federal + Estadual + Municipal), mas também Intersetorial (políticas diversas) (Gaia, Candido & Barbosa Júnior, 2019, p. 123)

Os autores ainda apontam que o Programa amplia o olhar de público atendido e auxilia no entendimento do que seria um trabalho pautado na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, garantindo assim “uma ação omnilateral dos agentes e um olhar integral ao indivíduo sujeito com o qual atuarem” (Gaia, Candido & Barbosa Júnior, 2019, p.123).

Mesmo com as críticas, que são pertinentes a qualquer programa governamental, o Programa Criança Feliz adentrou no sistema socioassistencial de diversos municípios, como relatado, e tem gerado repercussões positivas e negativas a nível municipal, estadual, federal e internacional. Todavia, vale ressaltar a importância de refletirmos acerca de programas governamentais que afetam diretamente o cotidiano das pessoas, e que trabalham o desenvolvimento físico e mental. Desse modo, trago alguns pontos que pesquisadoras e

pesquisadores apontam como pertinentes e válidas quanto ao PCF:

- O primeiro-damismo e uma visão assistencialista que predominam no programa;
- O programa traz a lógica do familismo e de um policiamento da família;
- A segmentação do cuidado;
- A Fragilização das políticas públicas vigentes;
- Um posicionamento neoliberal ortodoxo na formulação de políticas públicas.

Bezerra (2019) aponta que as particularidades referentes à criação, desenvolvimento e sustentação do programa trazem consigo um conjunto de retrocessos dentro da política de assistência social e das políticas sociais. Há um paradoxo na criação de um programa intersetorial que afirma atender questões referentes à saúde, à justiça, à educação, aos direitos humanos e à assistência social, entretanto, há cortes no orçamento das políticas públicas, privatizações e diversos retrocessos acontecendo em nosso país.

Outros(as) autores(as) vão afirmar que, apesar da inserção do programa dentro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o PCF “tem se reproduzido à luz de uma política fragmentada e pontual, facilita a entrada das famílias no programa, sob a forma de controle social da pobreza e se mantendo distante da lógica da universalização dos direitos sociais” (Souza et al, 2019 p. 11). Assim, percebe-se que:

Nesse processo, o Programa Criança Feliz se institui como um programa segmentado, ao não se destinar a todas as fases da infância. Um programa que mantém e reafirma a lógica da racionalidade instrumental, não levando em conta a perspectiva de totalidade dos indivíduos. Dessa forma, o Programa Criança Feliz fragiliza as políticas sociais e descaracteriza a universalização dos direitos, se desenvolve como um programa seletivo e pontual mantendo seus aspectos característicos de uma política neoliberal (Souza et al, 2019, p.11)

Além da fragilização, pontua-se que o PCF age como um agente de cerceamento da liberdade familiar e se apresenta enquanto um dispositivo de vigilância.

Percebemos que o Programa Criança Feliz, apresenta o policiamento do comportamento da família, especialmente da mulher nos cuidados com as crianças, isto fica evidente na proposta de grande número de visitas semanais às famílias, desconsiderando o contexto atual de redução de direitos, o qual deixa a mulher cada vez com menos tempo dedicado aos filhos (Gomes et al, 2018, p.5)

Ainda, segundo esses autores, esse dispositivo de vigilância vem para manter a lógica de culpabilização da família e de que elas são responsáveis pela sua condição.

Desta forma, o programa naturaliza a pobreza e responsabiliza os indivíduos pela sua condição social, desprendendo-se de todas as determinações estruturais inerentes a problemática com a qual propõe lidar. O discurso ideológico do desenvolvimento integral infantil, presente no programa, está preso a ideia moral e conservadora de que os indivíduos e seus famílias são os próprios responsáveis pela sua condição de pobreza. Este elemento já presente na política de assistência social anteriormente, como já observou Silva (2012), é agora reforçado como característica crucial da concepção pelo novo programa, encrudescendo a visão de autoresponsabilização do sujeito (Santos, 2019, p. 9)

Com a chegada do PCF nos municípios, as políticas públicas tiveram que se reorganizar para fornecer o melhor atendimento para a primeira infância e a primeira política impactada, devido ao desenho desse programa, foi a política socioassistencial. Com isso, é importante fazer algumas considerações acerca dessa relação entre o PCF e a política socioassistencial, que será melhor desenvolvida na próxima seção.

3.3 Reordenamento do Programa Criança Feliz

O PCF nos últimos seis anos vem se consolidando a nível nacional como um Programa que está à frente das políticas pela primeira infância no SUAS, atingindo cerca de 1,4 milhão de crianças brasileiras menores de três anos com visitas domiciliares (Santos et al., 2022). A sua implementação nos municípios que realizaram adesão gerou impactos que podem ser observados em análises mais recentes (Arcoverde et al., 2022; Borges, 2022; Governo do Estado de Pernambuco, 2022; Santos et al., 2022). Contudo, os impactos trouxeram desafios para a sua continuidade, isso fez com que o Governo Federal apontasse para o reordenamento do programa.

Em um artigo de 2022 intitulado “Programa criança feliz: Estudo de caso sobre sua institucionalização”, Júlio Cesar Borges apresenta um estudo qualitativo sobre o início da institucionalização do PCF, tendo como foco analítico o atendimento ao público-alvo do PCF em alguns municípios do Pará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo. O autor argumenta que o PCF vinha dando resultados positivos como a “criação e/ou fortalecimento de vínculos, desenvolvimento das crianças, acesso a bens e serviços públicos” (Borges, 2022, p. 8), o autor também aponta que o “trabalho de campo revelou grande

rotatividade das equipes do PCF, dúvidas quanto à sua continuidade, instalação improvisada nos CRAS, conflitos com atores de outras políticas sociais e infraestrutura aquém da demanda” (Borges, 2022, p. 8). Logo, seria necessário um aperfeiçoamento da política socioassistencial voltada para primeira infância ou, como veremos, um reordenamento dessa política.

Os achados da avaliação de implementação do PCF permitiram avançar recomendações aos gestores, tanto em nível federal, quanto estadual e municipal. Elas dizem respeito à capacitação, desenho do programa, contratação de equipes, infraestrutura e estratégias de execução (Brasil, 2019). Dentre eles, destacam-se os seguintes. Incentivar a realização periódica de espaços para o fortalecimento e integração das equipes do PCF. Encontros, fóruns, seminários ou outros espaços poderiam ser promovidos para trocas de experiências entre as equipes executoras do PCF de diferentes municípios, devendo estes espaços serem abertos aos visitantes. (Borges, 2022, p. 7)

No estado do Pernambuco o governo estadual lança em 2022 o “Primeira Infância no SUAS/Programa Criança Feliz - Uma reflexão sobre os diagnósticos da primeira infância e relato de experiência em Pernambuco” e em 2023 o “Diagnóstico sobre a Primeira Infância”. Nos documentos há a apresentação de dados referentes as equipes e atendimentos do estado, porém é relatado o momento de dificuldade inicial na implementação do PCF para a rede socioassistencial, havendo dificuldades por parte dos profissionais desta rede “em compreender a importância do Programa como indutor de políticas públicas e sua atuação na parentalidade positiva e no processo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (Governo do Estado de Pernambuco, 2022, p. 29). Além de pontuar os avanços da implementação do PCF, há desafios gigantescos na garantia de direitos da criança, principalmente quando o documento destaca “a baixa cobertura de crianças com deficiência, pois o sistema registra um número muito baixo de crianças com deficiência de 0 a 3 anos, tal fato ocorre em função do baixo atendimento pelas equipes municipais” (Governo do Estado de Pernambuco, 2022, p.43).

Pensando na realidade de Pernambuco também temos o estudo de Arcoverde et al. (2022) que avaliou o processo de implementação do PCF no SUAS, no município de Recife/PE. O Programa, segundo as autoras, surge e é produzido sob uma tendência neoliberal, tendo o resgate do primeiro-damismo, cortes nos orçamentos de diversas políticas públicas de teor social, o que reforçou e acentuou o assistencialismo. As autoras afirmam que o Programa se mostrou limitado “em seu potencial de superação das condições de vida das famílias como sua razão de ser” (Arcoverde et al., 2022, p. 24). Entretanto, apontam algumas indicações para melhoria do PCF sendo elas:

Fomentar capacitação continuada às equipes técnicas; aproximar o Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção às Famílias e Indivíduos – PAIF ao trabalho socioeducativo do Programa Primeira Infância no SUAS, reforçando-os mutuamente; equalizar o número de famílias em relação à equipe disponibilizada; repensar o tempo das visitas para que o técnico estabeleça um vínculo mais consistente com o(a) usuário(a); planejar capacitações com temáticas indicadas pelas equipes técnicas; garantir a participação dos integrantes do Programa no Comitê Gestor; propor Curso de Extensão sobre a Primeira Infância no SUAS para suas equipes técnicas, orientado pelas temáticas identificadas pelos supervisores e visitadores do município. (Arcoverde et al., 2022, p. 24)

Um estudo intitulado “Avaliação de Impacto do Programa Criança Feliz” buscou avaliar a implementação e o impacto do PCF em 30 municípios. Este estudo foi financiado pelo Ministério da Cidadania, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Itaú Social e Banco Mundial, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Santos et al., 2022).

Em parceria com técnicos do Ministério, foram selecionados 30 municípios, cobrindo quatro das cinco regiões do país. A região Sul (que é composta por somente três estados) não foi incluída, porque havia poucos municípios com número suficiente de crianças elegíveis e devido à presença de programas similares ao PCF, que poderiam contaminar o delineamento do estudo. Em cada uma das quatro regiões, foi selecionado um estado, exceto na região Nordeste, em que três estados foram incluídos, uma vez que esta é a região com a maior clientela do programa de transferência de renda. (Santos et al., 2022, p. 4344)

O estudo apontou que “o Ministério teve a visão e coragem de financiar uma avaliação randomizada prospectiva, iniciada em um estágio precoce de implementação, que oferece subsídios para o aprimoramento do programa” (Santos et al., 2022, p. 4360). Entretanto várias medidas precisam ser tomadas para fortalecer a implementação e execução do programa, garantindo o investimento e o fortalecimento de políticas públicas para a primeira infância.

Durante a implementação do PCF nos municípios houve uma discussão sobre sua continuidade, pois o mesmo se estruturou como uma política de governo e não uma política de Estado (Oliveira, 2011), também não está vinculado a nenhum serviço da PSB. O PCF foi muito vinculado ao governo Temer, na gestão posterior a dele o Ministro foi mantido, logo o Programa

também. No governo Lula há uma mudança de paradigma e de espectro político, consequentemente essas questões se fortaleceram, inclusive pelas críticas direcionadas ao programa já apresentadas durante esta dissertação.

Após intensas discussões em câmara técnica o governo atual decide por meio da resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (n. 117 de 28 de agosto de 2023) e pela resolução da Comissão Intergestores Tripartite (n. 4, de 30 de agosto de 2023) pactuar o reordenamento das ações de Assistência Social do Programa Criança Feliz, em consonância com o Programa Primeira Infância no SUAS. O reordenamento pretende fortalecer o programa integrando-o a Proteção Social Básica junto aos demais níveis de proteção e à vigilância socioassistencial, fazendo com que as visitas integrem o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, prevendo inclusive atualização na tipificação socioassistencial para incluir crianças e gestantes como público desse serviço. O Conselho Nacional de Assistência Social então pontua algumas recomendações para esse reordenamento:

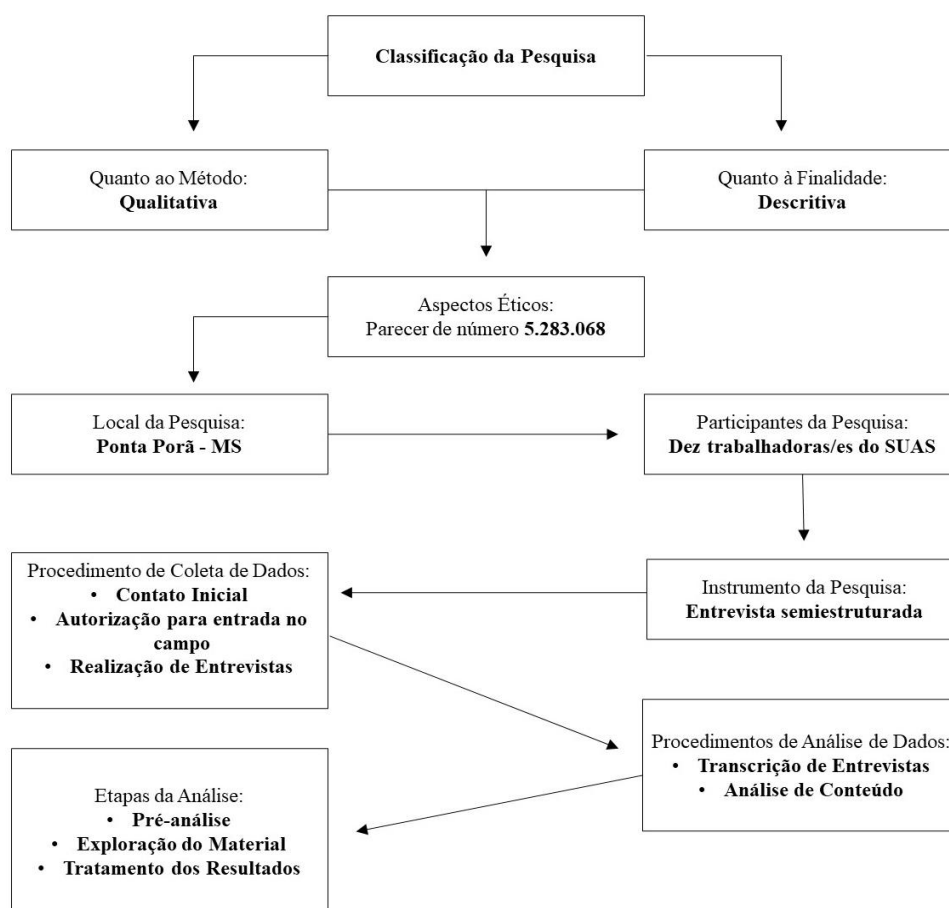
I - inserir propostas qualitativas para registro do Acompanhamento das Visitas Domiciliares; II - discutir e pactuar a estrutura de financiamento com as responsabilidades dos entes; III - fortalecer e priorizar a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social - PNEP/SUAS como compromissos de estados, Distrito Federal e municípios; IV - integrar o Sistema do Programa Criança Feliz - E-PCF com o Prontuário do SUAS; V - incluir nos protocolos intersetoriais especificidades de cuidado e proteção às crianças que apresentam neurodiversidades; e VI - garantir acessibilidade por meio de tecnologias assistivas para a pessoa com deficiência, viabilizando a condição de seu alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços, serviços, mobiliários, tecnologias, sistemas e meios de comunicação, conforme Lei Brasileira de inclusão, Política Nacional de Tecnologia Assistiva e o conceito do desenho universal e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. (Resolução 117, 2023, s/p)

Essas recomendações e o próprio reordenamento já vinham sendo apontados nos estudos e análises citados nessa seção. Logo, é importante realçar o avanço que o governo federal faz em garantir que esse programa se fortaleça e atenda esse público junto a legislação já existente das políticas socioassistenciais, garantindo cuidado integral e potencializando as infâncias de nosso país.

4. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, que permite trabalhar "com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" (Minayo, 2008, p.21)". O mundo das relações, das representações e da intencionalidade, dificilmente traduzidos em números é, portanto, o objeto da pesquisa qualitativa. O objetivo principal da pesquisa qualitativa é compreender os fenômenos humanos produzidos socialmente e interpretá-los à luz de conceitos e teorias.

A Figura 1 ilustra as etapas metodológicas da pesquisa, que tiveram início com a delimitação da abordagem da pesquisa quanto ao método e à finalidade, do desenho e universo da pesquisa, dos instrumentos de produção de dados, da submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, o trabalho de campo, a análise e tratamento dos dados, os resultados e as considerações finais.



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Figura 1. Etapas metodológicas da pesquisa.

4.1. Objetivos da pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como se dá o atendimento à primeira infância no SUAS, tendo como foco o Programa Criança Feliz e seus desdobramentos

em um município de fronteira do Mato Grosso do Sul.

Como objetivos específicos a pesquisa buscou:

- Identificar desdobramentos da implementação do Programa no Sistema Único da Assistência Social em Ponta Porã (MS);
- Analisar a relação dos serviços já implementados pela política de assistência social e pelo PCF;
- Discutir aspectos da intersetorialidade do PCF.

4.2 Universo da Pesquisa

A pesquisa ocorreu nas dependências dos quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Ponta Porã, sendo eles: CRAS COOPHA FRONTEIRA; CRAS DO IPÊ 2; CRAS SALGADO FILHO e CRAS MARAMBAIA. Estes equipamentos públicos se encontram na cidade de Ponta Porã – MS e cobrem os atendimentos no território do município.

A escolha de Ponta Porã como lócus de realização da pesquisa deu-se por um conjunto de critérios, como o fato de ter atingido as metas pactuadas entre o Estado e município, para isso a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho lança a Orientação técnica do Programa Criança Feliz – Primeira Infância no SUAS, no ano de 2021, para “destacar alguns aspectos fundamentais que precisam ser alinhados para aprimoramento das gestões do Programa Criança Feliz – Primeira Infância no SUAS, contribuindo com a execução do Programa Criança Feliz” (Governo do Mato Grosso do Sul, 2021, p. 1). Isso foi importante para realizarmos a entrevista em municípios que estavam com o Programa Criança Feliz em funcionamento. Outro critério foi a importância que estudos em região de fronteira têm tido nas últimas décadas, devido às especificidades regionais e sociais relacionadas a Fronteira (Martins, 2012). Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFGD abordaram o tema da fronteira a partir de aportes da psicologia, considerando seus aspectos não apenas geoterritoriais, mas abordando suas dimensões psicossociais (Cabreira, 2018; Sorgatto, 2019, Nunes, 2019, Chaves, 2020, Marassi, 2020).

A partir desses critérios, dois municípios poderiam ser estudados: Ponta Porã e Corumbá. O terceiro critério, o de conveniência, foi a maior proximidade de Ponta Porã do município de residência do pesquisador, facilitando a pesquisa presencial, com um custo de deslocamento menor. Com esta definição, foi acordado com a gestão municipal, através da coordenadora de Proteção Social Básica, que a escolha dos participantes se daria pelo tempo de atuação de Assistência Social, ou seja, aqueles trabalhadores que já têm uma experiência acumulada no setor em que desenvolvem seu trabalho. Foi solicitada a participação de um(a)

técnico(a) de cada CRAS que atua no PAIF e um(a) visitador(a) de cada CRAS do PCF, que ficam divididos pelos equipamentos da PSB, devido a territorialização presente no desenho das políticas socioassistenciais; a supervisora do PCF e a coordenadora da Proteção Social Básica, totalizando dez entrevistas.

4.3 Aspectos éticos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, sob o parecer de número 5.283.068, em abril de 2022. Observa-se que, conforme normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, os participantes deste estudo assinaram em duas vias o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice). Salienta-se que os documentos e os áudios relativos a esta pesquisa foram guardados e somente os pesquisadores têm acesso, seguindo, portanto, todos os critérios de confidencialidade e sigilo que foram explicitados pelo pesquisador anterior a entrevista.

4.4 Instrumento da pesquisa

Para a realização da pesquisa foram utilizados três roteiros de entrevista semiestruturada (Apêndice). As questões dos roteiros foram elencadas previamente e seguiram uma sequência temática levando em consideração o local de atuação de cada profissional, sendo um roteiro voltado para os técnicos do PAIF, um segundo roteiro para visitadores do PCF e um terceiro para cargos de gestão (supervisora do PCF e coordenadora da PSB).

A entrevista semiestruturada se constitui predominantemente de questões abertas que permitem o direcionamento, com alguma flexibilidade, da conversa.

[...] a entrevista semiestruturada consiste em um diálogo entre o pesquisador e o participante através de um roteiro pré-estabelecido, dando espaço, quando necessário, para outros questionamentos que, porventura, surjam no decorrer do processo e possam ser explorados (Roulston, 2016 apud Almeida & Alves, 2020, p. 10)

Esta técnica possibilita a exploração de conteúdos diversos e permite que novos conteúdos possam ser apresentados pelos entrevistados no decorrer da entrevista. A realização das entrevistas ocorreu de forma presencial e foram adotadas medidas de biossegurança como uso de máscaras, disponibilização do álcool em gel e distanciamento social para a preservação do bem-estar do entrevistador e dos entrevistados.

4.5 Trabalho de campo

O contato com o campo teve início após a definição do município que se pretendia investigar, por volta de agosto de 2021. O contato inicial se deu pelo *whatsapp* com a supervisora do PCF e, posteriormente, houve conversas com a coordenadora do PCF e com a gestora da política de assistência social de Ponta Porã. Após explicar sobre a pesquisa, seus objetivos, metodologia e aspectos éticos do estudo, foi autorizada a inserção do pesquisador no campo a realização de entrevistas com servidores municipais.

Após aprovação do estudo no Comitê de Ética, o pesquisador entrou em contato com a gestão municipal e agendou uma semana para realização das entrevistas e para conhecer os espaços laborais dessas equipes, tanto do PCF quanto do PAIF. As entrevistas ocorreram no mês de junho de 2022 e aconteceram nos CRAS da cidade de Ponta Porã e, para manter a confidencialidade das informações prestadas por esses participantes, todas as entrevistas foram realizadas em um ambiente fechado de forma individual. As entrevistas aconteceram dentro do ambiente de trabalho das equipes, por isso o pesquisador contou com auxílio da gestão municipal para o traslado até esses participantes.

Na ocasião do trabalho de campo, o pesquisador teve um momento de conversa anterior às entrevistas. Esse momento teve o intuito de acolher e deixar o ambiente mais confortável e confiante para a realização dessas entrevistas. Após o consentimento e assinatura do Termo de Consentimento, deu-se início à conversação com base no roteiro semiestruturado. Os dados gerados a partir das entrevistas individuais foram gravados em áudio com o consentimento dos entrevistados.

4.6 Análise de dados

Para o tratamento dos dados colhidos nas entrevistas recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Conteúdo (AC), que abrange diversos tipos de documentos, texto ou mesmo o conteúdo de uma entrevista. Portanto, todas as audiografações foram transcritas para melhor manuseio do material. A Análise de Conteúdo tem por objetivo avaliar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo entrevistador. Durante a análise há uma busca por categorias que auxiliarão na análise (Caregnato & Mutti, 2006).

A AC pode ser quantitativa e qualitativa. Existe uma diferença entre essas duas abordagens: na abordagem quantitativa se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto. Na abordagem qualitativa se “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem”. A maioria dos autores refere-se à AC como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática

e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social (Caregnato & Mutti, 2006, p. 682)

Bardin (2016) é a autora mais acionada e visitada quando falamos sobre a AC, sendo ela um conjunto de técnicas usadas pelo pesquisador para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, utilizando-se principalmente da análise das entrevistas realizadas nessa pesquisa. A AC, como já explicitado, pode ter indicadores quantitativos ou qualitativos. Contudo, como optamos por uma abordagem qualitativa dentro deste estudo, a AC também foi utilizada de forma a contribuir para um direcionamento dentro dessa abordagem. Então, Bardin define a Análise de Conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48)

A Análise de Conteúdo requer do pesquisador uma leitura atenta e exaustiva do material a ser analisado, para se ultrapassar as incertezas e assim observar os conteúdos, mesmo que ocultos, desse material. O conjunto de técnicas permite ao pesquisador desvendar o que está latente no conteúdo, sendo que não há apenas uma forma ou fórmula de análise para todas os estudos, e conta com regras de base que norteiam os trabalhos que se utilizam dessa ferramenta e que possibilitam ao pesquisador a adequação da técnica conforme seus objetivos (Bardin, 2016). Esta análise permitirá, dentro deste trabalho, decompor informações trazidas durante a entrevista em conteúdo mais simples, tendo como objetivo diminuir essas informações contidas no discurso. Utiliza-se então da categorização para repartir elementos que sejam comuns ou que se relacionem, sendo construídas antes ou após o trabalho de campo.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso de análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (Bardin, 2016, p. 147)

Bardin (2016) aponta que as diferentes fases de análise se organizam em torno de três

polos cronológicos: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Contudo, apesar das fases propostas por Bardin, há muitas variações na maneira de conduzi-las, podendo ser abordadas de diferentes formas.

Para a fase de pré-análise foi realizada a transcrição do material audiogravado, feita leituras de forma flutuante e anotações acerca das impressões geradas. Na exploração do material, as informações foram divididas em 13 categorias iniciais que foram agrupadas em quatro grandes categorias que representam os conteúdos trazidos durante as entrevistas, sendo elas:

Quadro 2

Categorias Iniciais e Finais Resultantes da Exploração dos Temas e Conteúdo das Entrevistas

Categorias iniciais	Categorias finais
O início e o percurso Ambiente físico de trabalho Organização laboral Equipamentos e materiais	1 - Estruturação e implementação do PCF em Ponta Porã
Equipes Organização Integração no SUAS Relação da rede socioassistencial	2 - Aproximações entre o PAIF e PCF
Intersetorialidade Organização da rede de defesa dos direitos das crianças Territórios e Fronteiras	3 - Rede assistencial na fronteira
Desafios Avanços	4 - Perspectivas para o PCF

Essas categorias finais serão apresentadas no próximo capítulo como tópicos, sendo utilizado de grifos em palavras e frases que deram origem às categorias iniciais durante a fase exploratória, e serviram de conteúdo para construção das categorias finais. Ao finalizar essa etapa, deu-se início ao tratamento dos resultados, utilizando-se da inferência e interpretação dos dados foi possível analisar o conteúdo a partir do referencial teórico utilizado nesta pesquisa. Essa técnica então possibilitou (re)conhecer os significados presentes na fala dessas/desses trabalhadoras/es da política de assistência social, sejam do PAIF ou do PCF.

5. RESULTADOS

Ponta Porã é uma região de fronteira onde se delimitam os territórios de Brasil e Paraguai (representada pela cidade de Pedro Juan Caballero). Sua população é estimada pelo IBGE em 92.017 habitantes (2022) e sua extensão territorial de 5.359,354 km². Para atender essa população existem no município, como já citado, quatro CRAS. Há sete visitadoras(es), uma supervisora e uma coordenadora no Programa Criança Feliz, que são responsáveis por atender 180 indivíduos por meio do acompanhamento do programa. No serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias há doze técnicas de nível superior e uma coordenadora que opera na Proteção Social Básica. Para a realização da pesquisa foram entrevistados cinco trabalhadores envolvidos com o PCF e cinco que atuam no PAIF/PSB.

Visando preservar as identidades dos participantes da pesquisa, estes foram divididos em dois grupos de cinco participantes cada. Utilizando as siglas EPCF e EPAIF que, respectivamente, representam “Entrevistada(o) do PCF” e “Entrevistada(o) da PAIF”, os entrevistados foram enumerados de um ao número cinco para diferenciá-los durante as inserções no texto. Para não terem suas identidades expostas, esses participantes serão apresentados nessa seção de forma geral e em pontos que se destacaram. O primeiro ponto que surge quando analisamos as entrevistas e as(os) participantes é que apenas um era do gênero masculino, as outras nove participantes eram do gênero feminino. Além disso, das dez pessoas entrevistadas, três se declararam brancas, as outras sete se declararam pardas ou pretas.

Pensando na formação da equipe temos entre os do grupo EPCF: dois profissionais estão cursando o nível superior (Letras e Direito); uma é formada em Pedagogia e está cursando Serviço Social; uma é bacharel em Direito e cursou Educação Física; uma cursou Pedagogia e tem pós-graduação. É importante salientar que esses trabalhadores e trabalhadoras tem como requisito o ensino médio completo, o que nos leva a acreditar que a qualificação é algo valorizada pelos mesmos ou também que a competitividade da seleção faz com que profissionais tenham qualificação acima do que é exigido para o cargo. Já nas equipes do grupo EPAIF temos: quatro assistentes sociais e uma psicóloga, todas com pós-graduação finalizadas, o que corrobora com a afirmativa de que a qualificação profissional é algo valorizado por essas(es) profissionais.

5.1 Estruturação e implementação do PCF em Ponta Porã

A administração municipal aderiu ao programa em 2017. No ano anterior, o PCF foi decretado em território brasileiro. Segundo as entrevistas não existia até então o atendimento específico à população compreendida nesta etapa da vida, visto que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos não funcionava no município. Esse foi um ponto

questionado durante as entrevistas, como exposto a seguir:

Então, essa é a questão, por que no SCFV aqui em Ponta Porã mesmo não tem de zero a seis, **acaba ficando essa parte...** lógico com outras né... fica a parte do PCF, então se tivesse no município, talvez o PCF, não sei, eu ficaria assim... **Se fosse pra optar, eu optaria pelo SCFV**, mas assim se trabalhasse em conjunto, também acho que... Por que querendo ou não, é a visita. Então assim, até por que o PCF fica essa faixa etária de três a seis, fica sem. Então assim, eles atendem de zero a três e acaba ficando essa faixa etária. Claro, que se tivesse o SCFV ajudaria muito mais. (EPAIF 2)

O Criança Feliz **é um programa novo**, né? A minha categoria, o meu Conselho [Federal de Serviço Social]... Não sei se você ficou sabendo, mas ele **foi** um projeto criado pela primeira dama, né? Do Michel Temer. Marcela. (...). Como o meu conselho foi contra, todas as nossas colegas e categorias... ficou do lado do conselho. Não fez manifesto nenhum, mas **houve** um manifesto do conselho federal... não sei se você chegou a ler essa portaria. (EPAIF 4)

Mesmo sem atendimento específico, o PCF sofreu com a imagem negativa vinda das críticas à nível federal, principalmente dos movimentos ligados à defesa do SUAS e até mesmo do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que se fundavam na lógica de desmonte de um serviço que, na legislação já existia. Como citado nas entrevistas, essa imagem negativa do programa dificultou a inserção dele dentro da política de assistência social no município. As resistências citadas também fazem parte do conteúdo trazido pela EPCF 4:

Tanto é que **em 2017** passou por várias pessoas [a coordenação], e o Criança Feliz nunca foi adiante, porque as pessoas não viam o Criança Feliz enquanto assim, é uma política pública, parece que não dava ênfase. Ou as pessoas que assumiam o cargo não, não dava valor, não sei te explicar. Porque elas não **conseguiam** vender aquilo que a gente (...) olha, logo **quando eu entrei** eu tive muitos problemas. Eu vou te falar assim... as coordenadoras não gostavam, nós **éramos** é. Isolado. Criança Feliz não **fazia** parte do CRAS, então quando a gente trazia uma demanda, eles falavam que não é da nossa competência, que não era nossa função, que ele tava se intrometendo aonde nós não **éramos** chamados. (EPCF 4)

Isso demonstra que as discussões a nível nacional reverberavam no município e que,

mesmo com críticas, a gestão municipal resolveu investir nesse programa, é importante salientar que houveram contrapartidas de financiamento para a adesão. Houve um investimento no que diz respeito ao RH, pois o município precisou contratar profissionais para a realização das visitas e acompanhamentos e também a estrutura do atendimento no SUAS, tendo enfoque no município no atendimento à primeira infância. Entretanto, percebe-se uma mudança de gestão e de funcionamento quando as entrevistas decorrem sobre como era o PCF antes.

Hoje em dia, vou te falar assim que, com muita luta, que nós estamos conseguindo quebrar esse tabu. **Hoje eu posso** falar para você, que o Criança Feliz está indo, e nós não estamos tendo tantos problemas assim. (EPCF 4)

Senti uma diferença sim. No sentido assim, **no começo** as pessoas tinham um olhar diferenciado pelo PCF, os técnicos principalmente, daí a gente **passou** por uma capacitação e, de fato, a gente entendeu qual o objetivo do PCF dentro do CRAS. A princípio parecia uma equipe a parte e **depois dessa capacitação** a gente, houve entendimento da equipe técnica com essa equipe dos visitantes e assim facilitou bastante o trabalho do desenvolvimento do PAIF. (EPAIF 2)

Hoje eu acredito que com tudo o que a gente tem falado não... A gente tem reunião **semanal** com os coordenadores, eu sempre foco, sempre falo da importância do trabalho em conjunto... Eu sempre falo: “vocês são uma equipe só, não existe equipe do Criança Feliz e equipe do PAIF”. Vocês estão tudo em um CRAS só, então vocês são uma equipe só. Eu acho que de tanto a gente focar nisso, a gente já tem conquistado, eles já têm entendido... O que a gente quer? O trabalho em conjunto. O nosso particular não pode influenciar o nosso trabalho, mas foi num desafio. (EPAIF 5)

Apesar da falta de ênfase quanto ao fortalecimento do PCF quando ele foi implementado, a gestão continuou com o seu gerenciamento e funcionamento. Como visto nos relatos acima, atualmente esse panorama é outro, em uma das falas é possível identificar que apesar das dificuldades encontradas em todo funcionalismo público o PAIF e o PCF têm caminhado juntos e constantemente fortalecidos. Como já exposto anteriormente, o trabalho do PCF é feito por meio de visitas domiciliares, entretanto, qual meio de transporte que se utiliza para realizar as visitas? Qual a carga horária e como dividem esse tempo semanal? Como planejar as visitas? É oferecido todo suporte? Nos próximos relatos teremos uma dimensão de como esse programa é ofertado dentro do município.

Minha carga horária é 8h, **40 horas semanais**. Fazemos oito visitas diárias, a gente não pode passar disso, a gente lança também no sistema oito visitas. E é de segunda a sexta. Nosso horário é das 7h às 11h e das 13h às 17h. (EPCF 2)

A minha rotina é das 7 horas às 11 horas e das 13 horas às 5 horas. Na segunda-feira, eu faço relatórios da semana, durante a semana eu faço as visitas. Eu tenho **um tempo..** eu divido meio período na terça-feira para confeccionar as atividades. A gente trabalha atividades pedagógicas, aí **durante a semana** eu faço as visitas. Aí na sexta eu tenho um carro disponível aqui no.. e eu faço as demais visitas. (EPCF 5)

Conforme aponta a legislação federal, os servidores que desempenham a função de visitador fazem a carga horária de 40h semanais, os supervisores percorrem no mínimo 20h para atingir seu papel dentro desse programa e isso se apresenta durante as entrevistas, é possível observar que há organização para o planejamento durante a semana de trabalho.

Sim, **toda quarta feira**, a nossa supervisora vem aqui, apresenta. Quando ela não pode vir aqui ela manda via whatsapp e/ou via email. (EPCF 2)

Não, eu que organizo, vem... A gente olha, vem um plano, **nossa supervisora manda um plano** e aí a gente joga em cima da nossa forma. Hoje mesmo, você ta vendo na mesa, eu fiz toda minha atividade pra trabalhar cores, movimentos, vamos trabalhar sobre fogueira, uns trabalhos sobre fogueira para as crianças trabalharem pintura. Então, as atividades **dessa semana** são cores e pinturas. (EPCF 3)

A supervisora manda no grupo, a gente tem um grupo que tem os coordenadores, tem os demais visitadores, ela manda ideias para gente trabalhar. Daí a gente vai procurando, a gente sempre tem que ter sabe. Criatividade, né? (EPCF 5)

Um dos pontos evidenciados em relação ao cronograma de trabalho de todos os visitadores é que há um planejamento de visitas e de confecção/organização das atividades desenvolvidas com a família e a criança. Fora relatado que a supervisão do programa organiza temas ou atividades para serem desenvolvidas durante as semanas e cada visitador(a), com sua criatividade e relação com as famílias e territórios adapta tais temas e/ou atividades. Além do planejamento de atividades, foi percebido e se encontra dentro desse panorama do PCF no município o compartilhamento do transporte.

Às vezes encontra por que aqui é um bairro com muitos pontos de droga. E às vezes eu tenho algum medo ou receio, **então terça a gente tem o carro**. Então essas famílias que... eu acho muito perigosas, que eu posso vir a correr algum risco, eu deixo pra ir de carro na terça. Eu não vou sozinha, e o carro no CRAS fica disponível pra gente fazer visita. Então onde eu sei que na casa tem drogas, o CRAS me disponibiliza o carro pra eu ir lá fazer. Não tenho dificuldade, vem pelo fato de eu já conhecer a população, eu moro aqui. Então eu conheço onde eu posso ir sozinha e onde não posso. (EPCF 3)

Nós temos o carro próprio que leva até os locais. Agora quando é perto, uma quadra, duas, a gente vai a pé mesmo, que não tem necessidade de estar pegando o carro e é isso. (EPCF 1)

O PCF possui um carro de uso exclusivo para o programa, entretanto, devido a extensão territorial do município, os visitantes acabam compartilhando os veículos que as equipes do PAIF possuem. O carro, inclusive, é um ponto importante para um(a) dos(as) participantes, visto que durante a entrevista foi relatado um receio de realizar a visita em algumas famílias que possuem envolvimento com o uso e abuso de substâncias psicoativas.

É sabido que as críticas ao Programa foram diversas e reverberaram nas entrevistas, logo, o PCF teve dificuldades de se alicerçar dentro da política socioassistencial de Ponta Porã. Entretanto, o empenho da gestão e dos servidores que passaram e permanecem nesse programa aproximou o serviço do PAIF dessa nova equipe. A Proteção Social Básica de Ponta Porã viu a possibilidade de aumentar e reforçar os vínculos de seus atendimentos e dar continuidade aos objetivos propostos na criação do SUAS e das diretrizes que norteiam o PAIF, utilizando de estratégias coletivas para o melhor atendimento e acompanhamento das famílias que são o público desse programa. As estratégias ficam evidenciadas nos relatos e são apontadas como eficazes, como o compartilhamento de carro e o planejamento semanal e mensal das visitas e ações que se tornam importantes para o funcionamento desse programa.

5.2 Aproximações entre o PAIF e PCF

O PCF se firma nesse município a partir de um esforço da gestão municipal em atender a primeira infância, entretanto com a chegada de um novo programa há um novo desenho na política de Assistência Social no município. O PCF integra a PSB e se aloca nos CRAS do município, mas como é essa relação? Há planejamento conjunto? O PCF auxilia o PAIF ou é um trabalho em outra esfera? O público atendido é o mesmo? Essas questões fazem com que essa aproximação/integração desses locais se torne uma categoria maior em meio às entrevistas

e se consolide nessa análise como um ponto de discussão. No trecho a seguir percebe-se que há momentos de troca e há um espaço de diálogo entre a equipe do PAIF e do PCF.

Olha, na verdade, tem várias situações, principalmente em questão de denúncias. Eu sei que o intuito do PCF não é essa parte, mas **acaba chegando até nós várias situações**, que às vezes a gente enquanto equipe técnica, nós não identificaríamos, por que não estamos semanalmente na casa da família, então **eles têm esse contato maior**, as famílias acabam tendo esse vínculo também, o contato com a criança e tudo mais. E essa presença da família acaba deixando a família mais, vamos dizer assim, mais à vontade pra falar de certos assuntos. Às vezes, eles não conseguem se abrir com... né... Por que assim a periodicidade do **nosso atendimento é menos frequente** do que com elas. Então essa questão dele estar dentro da casa, facilita bastante. Então às vezes, vamos supor uma denúncia que a mulher não quer falar, acaba se abrindo com, né, fala e assim ela é orientada a comparecer aqui... Por mais que o PCF não vai tomar as iniciativas em relação ao caso, elas têm essa facilidade pra poder chegar até nós, então assim **o PCF facilita a gente identificar e até encaminhar certos atendimentos**, vamos supor, violência doméstica. (EPAIF 2)

Não que eles estão fazendo o meu serviço, eu sou sozinha aqui... e eu ainda faço o atendimento na aldeia. Porque nós temos uma aldeia que é a 60 km daqui e 50 km de Dourados. Só o que que acontece... Como ela faz parte da comarca do município, a gestão tem que atender. E eu atendo essa aldeia. Então tipo assim... Como eu faço 6 horas e toda hora chega famílias novas pra mim, não do Criança Feliz, mas do fluxo normal, **às vezes eu não consigo ficar sabendo**, no caso, de uma família que está precisando, se ela não me procura. Eu não consigo adivinhar se uma família está precisando, por exemplo, de um alimento, do serviço social, entende? Através do visitador eu fico sabendo de, no caso... **As famílias dele também são as famílias que eu acompanho**. Muitas demandas acabam chegando pra mim através dele. Por exemplo, para gestante que estão no Criança Feliz, nós temos o kit-enxoval, que tá dentro do benefício eventual. (EPAIF 4)

Tem sim, **por que eles estão toda semana nas casas**. Então às vezes a família que a gente nem sabe que está passando por alguma situação e que não vem procurar a gente, passam para as meninas do Criança Feliz e **elas passam pra gente e daí fazemos a visita**. Então assim, **é muito importante a presença deles na casa**, trazem demandas

que a gente nem imagina que tem. **De algumas famílias que a gente não tem acesso,** que nunca vieram ao CRAS. E elas acabam tendo essa abertura com as meninas do Criança Feliz e as meninas do Criança Feliz passam pra gente. (EPAIF 4)

Eu participei de algumas capacitações que teve no município sobre a implantação do programa e, pra mim, eu sempre gostei, por causa da questão do acompanhamento. Como técnica, você não atende cinco famílias. Você atende por dia de dez a quinze famílias. Então **eu não conseguia fazer o acompanhamento continuado.** Às vezes eu queria fazer uma visita, não conseguia, era mais por telefone. Quando implantou o programa Criança Feliz eu peguei as minhas famílias de acompanhamento e coloquei tudo com a visitadora, **a gente trabalhava (trabalha) em parceria.** Quando ela ia, ela chegava e me passava. Ela dava a visão dela como visitadora e já **me auxiliava com as informações** que eu precisava para o acompanhamento da família. Para mim foi um grande ganho nessa questão. Eu tive alguns embates com profissionais da mesma área que não vinham essa realidade, modificar o olhar do profissional foi num pouquinho trabalhoso, **eu tive que me preparar melhor, tive que me capacitar.** Cada pessoa tem um pensamento, vai de técnico para técnico, mas para mim é um grande ganho. Eu acredito que tenha dado de grande valia para as nossas famílias. (EPAIF 5)

Mesmo com uma dificuldade já relatada logo após a implementação do programa no município por parte das equipes que já compunham a política socioassistencial, há em diversos pontos uma perspectiva de reuniões, trocas e momentos de diálogos entre as equipes. Logo, o atendimento do PCF se torna, em Ponta Porã, uma complementação/extensão dos atendimentos e acompanhamentos já ofertados e proporcionados pelas equipes do PAIF. Mais que complemento, em alguns relatos, como o da EPAIF 4, parece imprescindível, atualmente, o trabalho conjunto das duas equipes.

Atendendo majoritariamente as mesmas famílias, essas equipes encontraram, a partir do PCF, uma forma de potencializar o trabalho do PAIF que já vinha sendo realizado no município. Com objetivos específicos voltado para o atendimento a gestantes e à primeira infância, o PCF se encontra junto ao PAIF na colaboração para o fortalecimento dos “vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade” (Lei 13.257, 2016, s/p). Além disso, com a organização realizada em Ponta Porã, pode-se afirmar, a partir dos relatos explicitados, que dentro da assistência social o PCF atingiu seu objetivo de “integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas destinadas às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias” (Lei

13.257, 2016, s/p), visto que em todos os relatos é possível visualizar avanços no atendimento do PAIF e no impacto territorial que a política teve com a inserção do PCF dentro da Proteção Social Básica. Quase todas as entrevistas da equipe que representava o PAIF/PSB demonstram essa articulação. Essa visão de complementariedade dos atendimentos também foi um ponto trazido nas entrevistas da EPCF 3:

Toda sexta feira eu sento com elas e converso com elas algum assunto, **as minhas famílias que eu atendo são as famílias que elas também atendem**. Então, às vezes, está faltando alguma coisa, a gente fala “a família tá precisando de cesta”, então deixamos pra sexta feira, **sentar e se reunir pra falar desse assunto**. E com as coordenadoras é uma vez por mês essa reunião. Hoje mesmo nós **tivemos estudo de caso**, uma família que tá passando por um período muito difícil na vida, devido ao mundo das drogas essas coisas e a gente teve que fazer um estudo de caso. E nesse tempo que eu estou no PCF é o segundo estudo de caso que participo, ele é muito bom, você aprende muita coisa, ouvindo, falando, você às vezes conhece, se você não conhece você ouve e tenta aprender, então é muito bom. (EPCF 3)

O relato acima explicita a importância do diálogo para esses profissionais, além de servir como uma resolução de problemas, ele também serve como espaço de aprendizagem. Esse estudo de caso partiu da equipe do PCF, cujos profissionais “identificaram que a criança estava sendo negligenciada, avisou o CRAS que fez a denúncia, passou pro CREAS, Conselho Tutelar e tudo mais. Foi o Criança Feliz que passou pra gente” (Participante 6). Assim, potencializar esses espaços auxilia na qualificação dos serviços realizados e também contribui na proteção das crianças deste território. Com a aproximação dessas equipes, é possível notar nas entrevistas que os momentos de intersecção vêm aumentando e as equipes têm buscado dialogar sobre as famílias em acompanhamento.

Logo, a administração de Ponta Porã viu no PCF um espaço de potência para os atendimentos e acompanhamentos da rede socioassistencial, por mais que houvessem críticas, as equipes se utilizaram do Programa para efetivar seus trabalhos com as famílias. Entretanto, é importante refletir que se houve essa necessidade de utilização do PCF para melhorar o PAIF, por que o mesmo não teve investimento em Recursos Humanos e Materiais? Precisou o governo criar um Programa para que se pudesse investir na Proteção Social Básica. Não há aqui um julgamento de valor, porém é necessário refletir que outros caminhos poderiam ter sido trilhados para o atendimento da primeira infância no SUAS.

5.3 Rede assistencial na fronteira

Pensando na intersetorialidade do Programa e nas equipes que fazem a visita domiciliar, o governo federal lançou documento intitulado “Criança Feliz: a intersetorialidade na visita domiciliar”. O documento foi elaborado por um grupo técnico com o objetivo de “oferecer às equipes locais do Criança Feliz subsídios para o fortalecimento da atuação intersetorial, na perspectiva de uma atenção integral às famílias participantes do programa” (MDS, 2017a, p. 5). O documento oferece subsídios para o fortalecimento das ações intersetoriais:

A intersetorialidade ocupa lugar central na operacionalização e efetivação do Programa Criança Feliz. O Brasil avançou, na última década, na implementação de políticas sociais territorializadas e organizadas, em grande parte, por meio de sistemas públicos de gestão, com respeito ao pacto federativo, como é o caso dos Sistemas Únicos da Saúde (SUS) e da Assistência Social (SUAS). (MDS, 2017a, p. 23)

Essas políticas intersetoriais têm ganhado espaço nas agendas governamentais e se tornam uma estratégia de atendimento, principalmente na primeira infância. Por conta dessa importância dentro do escopo teórico do PCF, a intersetorialidade foi um dos pontos a serem investigados por essa pesquisa. Pensando o comitê gestor como um espaço para o fortalecimento da intersetorialidade do Programa pergunta-se sobre sua funcionalidade:

Então assim, quando eu levo uma demanda para **dentro do comitê gestor** com a educação e a saúde, anda de vento em popa, tanto é que aqui no nosso município a partir do momento que a gente queria fazer todo mês fechar uma ação, ou uma palestra com alguém de algum órgão. Nossa, seu Fulano que mexe com negócio de posto, ele faz todo trâmite para nós, e leva cada posto liberando uma funcionária para tá dando uma palestra para o nosso público. Que nem o mês passado **a gente fechou com higiene bucal, foi as dentistas**. Esse mês nós vamos encerrar com a gestante. Então vai uma enfermeira, nós vamos começar.. não deu para começar assim... a gente ia começar pelo Apa, mas aí fechou o tempo e chuva e lá é tudo longe né, a gente trabalha na zona rural, e como é zona rural as gestantes não vão, quem vai sair no tempo feio para ficar atolada, né? Então a gente adiou. (EPCF 4)

Apesar de uma boa articulação com as políticas de saúde e educação, foi apontado uma não participação de um dos principais órgãos de defesa das crianças e dos adolescentes, como apontado pela participante 7 “o conselho tutelar é convidado, mas eles.. olha muito difícil,

foram uma vez só na nossa reunião. Tanto é que quando nós fazemos o nosso plano de ação, nós gostaríamos que eles tivessem junto”. Isso nos mostra que mesmo com um espaço fortalecido para a promoção de uma intersectorialidade, depende-se muito dos componentes dessa rede para uma melhor funcionalidade da mesma. É possível que o Conselho Tutelar dentro dessa rede de articulação possa estar com relações menos próximas com o restante de componentes, o que segundo Oliveira (2014) pode demonstrar uma tendência de um fechamento em si dessas outras relações.

Na medida em que se tornam mais fortes os laços de relacionamento e a interação interpessoal entre agentes, mais sólidos, serão a base de confiança, de comprometimento e das responsabilidades na estrutura da rede social. Porém, as redes dos laços fortes tendem a se fechar sobre si mesmos, possibilitando menos circulação de novas informações, valorizando os laços fracos, como forma de lançar pontes entre atores capazes de fluir maior comunicação de informações nos diversos canais da rede (Oliveira et al, 2014, p. 133-134).

No próximo relato, é possível perceber o papel do comitê gestor enquanto espaço de troca entre a política socioassistencial e as outras políticas, as reuniões relatadas entre as equipes anteriormente ganham um novo espaço, construído por outros atores e que solidificam pontes para a construção de ações voltadas para primeira infância.

Tá funcionando. **presente nas reuniões, sim.** Só não tá dentro do sistema, no sistema não tá. É uma coisa também que eu até conversei, eu **gostaria que os visitantes fizessem parte do dia**, do plano de ação quando a gente está fazendo, planejando tudinho lá, com toda a equipe. Porque quem tem.. quem tem mais a demanda para nós, é eles. E eu acho que assim, ou ela não entendeu sei lá, mas tanto é que eu quero ainda, eu vou bater nessa tecla. (EPCF 4)

Mudou, teve uma mudança para melhor. Atribuo ao comitê, **foi através do comitê que nós nos aproximamos.** (EPAIF 5)

Esse relacionamento entre o PCF e a política de assistência e demais políticas tem sido conquistado de forma gradual, como já relatado houve um empenho da gestão municipal em fortalecer o Programa no município, assumindo o papel de coordenação desse programa que se propõe intersectorial. Apesar desse afastamento do Conselho Tutelar, é relatado que o comitê tem funcionado e provocou mudanças positivas nas relações entre as políticas.

A intersectorialidade das políticas públicas tem sido discutida por diversos autores que apontam que desenhos de políticas fragmentados não dão conta da complexidade dos problemas

da população e que a cooperação entre diferentes setores (saúde, educação, assistência social) tem o potencial de melhorar a efetividade das políticas (Junqueira, Inojosa & Komatsu, 1997; Vaitsman & Lobato, 2017; Montoya, Silvestre, Solto, 2018; Wanderley, Martinelli & Paz, 2020). A setorização tem sido apontada como produzindo desarticulação, fragmentação e sobreposição das ações, levando a um "paralelismo de intervenções e, muitas vezes, à duplicidade de cadastros e procedimentos para acesso aos serviços públicos" (Wanderley, Martinelli & Paz, 2020, p.8).

A ação intersetorial pressupõe uma visão integrada dos problemas sociais e tem o potencial de "alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social" (Junqueira et al, 1997, p.24). Enfrenta-se, porém, o desafio da tradição setorializada da gestão no Brasil que, desde o nível federal, se dá de forma fragmentada na estrutura de ministérios e se reproduz nas esferas estaduais e municipais (Montoya et al, 2018). No nível local a coordenação e a cooperação intersetorial são dependentes de iniciativas informais e horizontais que produzem soluções imediatas, mas descontínuas (Vaitsman & Lobato, 2017).

Outro ponto abordado nas entrevistas enquanto uma categoria presente no cotidiano dessas equipes é a relação delas com a fronteira. Ponta Porã faz divisa com outro país, então, será que essa proximidade com outra cultura interfere nos atendimentos ou impacta de alguma forma? Como explicitado nos relatos:

Não, por que a gente atende famílias que **moram no nosso território**. E não tem como a gente deixar de não saber, por que a gente tá uma vez na semana, nas casas. A gente sempre vai saber se ela mora ali ou não. Não tem como ir ali um pouquinho e voltar pra lá (EPCF 2)

tem o impacto das famílias mudarem constantemente, né? de serem.. **estarem no Paraguai, estarem aqui, né?** E esse movimento deles, né? isso prejudica um pouco o programa né? eu creio que o fluxo dos atendimentos decai por conta disso (EPCF 5)

Acho que o maior desafio é o vício das drogas, das drogas. Acho que é esse um dos maiores desafios. E às vezes **por ser fronteira, você tem medo de chegar**, tem também a linguagem, mesmo **sendo da fronteira** eu não falo guarani e eu não falo espanhol. Então você chega lá e você tem que aprender a falar a língua deles (EPCF 3)

Segundo esses relatos da equipe do PCF, temos um ponto importante relacionado à

fronteira: A territorialização da política socioassistencial. A territorialização e a dimensão territorial são conceitos que vêm sendo discutidos desde o lançamento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (MDS, 2004) e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (MDS, 2005), entretanto as problematizações são complexas em torno desses conceitos e não cessarão com o passar dos anos e do avanço das políticas socioassistenciais. Essa incorporação do território às políticas de assistência social ainda não dá conta da magnitude dos seus significados (Nascimento & Melazzo, 2013).

A perspectiva da territorialização dos serviços e benefícios da assistência social representa uma mudança importante a ser adequadamente apropriada, tal como visto, e advoga-se, aqui, que, com o princípio da territorialização, há múltiplos ganhos para a gestão e, especialmente, para a população potencialmente beneficiária da Política de Assistência Social. Porém, não há como ressaltar que, na maior parte das vezes, tal territorialização ou perspectiva territorial tem sido reduzida a apenas uma de suas dimensões: a que trata de articulá-la à lógica da localização e da proximidade, compreendendo que os serviços sociais, ao serem implementados próximos ao cidadão, podem antecipar respostas às suas necessidades e facilitar o acesso, em uma perspectiva de proteção social pró-ativa (Nascimento & Melazzo, 2013, p. 71).

Já para as equipes do PAIF/PSB fica mais evidente esse desafio do território dentro da relação das políticas públicas e pela ordenação de serviços com o atendimento a essas populações em vulnerabilidades. Sendo um ponto que aparece nos relatos:

Tem, **tem muita família estrangeira que mora aqui**. E aí eles escondem por causa de benefício, eles escondem muitas informações por que eles acham que o Criança Feliz ou a gente vai estar lá e vai dar um jeito de cortar os benefícios deles. Então eles vêm pra cá, eles dão endereço daqui e não é daqui, tem gente que fica na casa de alguém e vem para as visitas do Criança Feliz até conseguir algum benefício, **conseguiu benefício volta pro Paraguai**. Já teve um caso de uma mulher que ela vinha, ficava na casa de uma colega, deu esse endereço como se fosse dela, aí a menina sempre avisa da visita e aí ela vinha. Foi só ela conseguir o benefício que ela encerrou o acompanhamento. Ela não quis mais participar (EPAIF 3)

Sim, muito. Aí eu tenho o que falar! Pra mim, foi muito novo. Porque eu nasci aqui, me criei aqui até a adolescência, aí fui embora para Dourados e voltei por causa do concurso. Como é um município de fronteira, **tem muitos paraguaios que vem pro Brasil**, porque o Paraguai é um país muito pobre, vulnerável. Vem para o Brasil a

procura de benefícios. Cadastro Único é uma das maiores dificuldades minha, porque eles vêm pro Brasil, às vezes traz endereço falso, eu tenho que parar o meu serviço de execução do CRAS para eu poder fazer uma visita... **A lei do Paraguai é outra, o nosso carro oficial não pode passar para o Paraguai.** Essa é uma das maiores dificuldades. Tem famílias que é perfil para o Criança Feliz, **moram no Paraguai por não ter condições de pagar aluguel**, porque lá é tudo mais barato, tem conta de luz ou água que é dez reais, coisa que não corresponde à nossa realidade brasileira. A nossa taxa é 48, 50 reais. Zerou na pandemia. Essas são as nossas maiores dificuldades, eu acredito que tanto para gestão quanto para os coordenadores responsável por esse programa (EPAIF 4)

Quando questionado sobre os desafios da Primeira Infância nesse ambiente territorializado e fronteiriço, há um outro ponto destacado que não havia aparecido.

O desafio que a gente vê na primeira infância não é só na primeira infância, é de todo o atendimento. Temos ainda a grandes dificuldades que nós temos famílias brasileiras, documentadas que **elas moram no Paraguai e que precisariam do nosso atendimento. É outro território.** Aí eu preciso do Cadastro Único, o Cadastro Único até que eles têm, eles trazem uma conta e fala que é autodeclaratória, como é que eu vou falar que não? Mas quando eu vou efetivar... Nas reuniões eu cobro muito assim: do entrevistador, do recepcionista, do técnico, de todo mundo... Eu já tive pessoas que veio para nós e falou: “quero muito participar”. A gente começa a fazer a entrevista e a gente sabe que não mora... A gente fala: “olha, infelizmente não dá”. O intuito é fazer visita na casa, no âmbito familiar... A gente conversa com a família para a família entender... não é uma questão que a gente quer ou não quer (EPAIF 5)

Famílias que são brasileiras e moram no Paraguai têm seus direitos cerceados devido ao território que se encontram. Como já pontuado em diversos referenciais da Assistência Social, o território representa muito mais que um espaço físico e se apresenta como uma questão central dentro das políticas socioassistenciais (Koga, 2003). É nesse espaço físico e também relacional que eles se transformam em “espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (BRASIL, 2008, p. 54). É nesse espaço físico, geográfico e relacional, que surgem as fronteiras que também é um tema que importa, mesmo que não aparecendo com tanta frequência ou ênfase nas entrevistas.

Essa relação com o Outro é evidente naquele território, quando nas entrevistas é possível perceber falas segregacionistas como: “**A lei do Paraguai é outra**” ou que “elas moram no Paraguai e que precisariam do **nosso atendimento**”, cria-se um local de comparação, disputa e relação, fronteira! É nessa fronteira que há o espaço da ambivalência e, por mais que haja violências, a fronteira também é um espaço frutífero para o diálogo (Ribeiro, 2002).

O território e a fronteira perpassam para além do geográfico na dinâmica de Ponta Porã, é possível visualizar pelos relatos que essa população que reside no Paraguai também acessa serviços dentro da política pública brasileira, causando um aumento de demanda no que concerne aos atendimentos e acompanhamentos da rede socioassistencial e, consequentemente, no PCF. Junto a essas duas categorias, a intersectorialidade precisa acontecer para o melhor funcionamento do Programa e da formulação de estratégias para as famílias que são atendidas e para essas outras que flutuam entre um território e outro. Para reflexão, é importante se perguntar: O Comitê Gestor atualmente é capaz de fazer essa articulação? As ações são planejadas de forma conjunta? Por que se não o forem, essas questões serão sempre um problema para rede, pois não poderão ser criadas estratégias que abarquem a realidade da cidade de forma preventiva para potencializar os atendimentos.

5.4 Perspectivas para o PCF

Durante o processo de implementação e manutenção do Programa em Ponta Porã, nos foi relatado que houve uma resistência e dificuldade de articulação a nível municipal, como exposto na entrevista

Tanto é que em 2017 passou por várias pessoas [a coordenação], e o Criança Feliz nunca foi adiante, **porque as pessoas não viam o Criança Feliz enquanto assim, é uma política pública, parece que não dava ênfase.** Ou as pessoas que assumiam o cargo não, não dava valor, não sei te explicar. Porque elas não conseguiam vender aquilo que a gente (...) olha, **logo quando eu entrei eu tive muitos problemas.** Eu vou te falar assim... as coordenadoras não gostavam, nós éramos é. **Isolado.** Criança Feliz **não fazia parte do CRAS**, então quando a gente trazia uma demanda, eles falavam que não é da nossa competência, que não era nossa função, que ele tava se intrometendo aonde nós não éramos chamados. (EPCF 4)

Então, os desafios iniciais apareceram dentro dos serviços socioassistenciais e tiveram de ser contornados, a pressão feita pelas críticas já relatadas durante este trabalho reverberaram no município de Ponta Porã. Afetando diretamente o trabalho das equipes do CRAS, o PCF

teve que se adequar à rotina já estabelecida e encontrou como desafio as trabalhadoras e trabalhadores que ali já desenvolviam serviços e pensavam as políticas socioassistenciais. Outro ponto que aparece nas entrevistas enquanto um desafio é a estrutura que o Programa necessita para funcionar.

E às vezes eu tenho algum medo ou receio, **então terça a gente tem o carro**. Então essas famílias que... eu acho muito perigosas, que eu posso vir a correr algum risco, eu **deixo pra ir de carro na terça**. (EPCF 3)

Como o Programa é viabilizado e tem como principal metodologia a Visita Domiciliar, a locomoção dessas equipes se torna um desafio para gestão, aparecendo em uma entrevista que havia dias para utilização do carro, fazendo com que as equipes tivessem que programar as visitas mais distantes em alguns dias específicos. O compartilhamento de veículo com a equipe já estabelecida no PAIF gera impactos no desenvolvimento de ações das equipes que compunham anteriormente a política socioassistencial.

Temos que pontuar os avanços e contribuições geradas pela inserção do PCF dentro da política de assistência social em Ponta Porã-MS a partir das entrevistas realizadas. Pode-se perceber, por todos os relatos, que para os trabalhadores do PCF e do PAIF/PSB, o programa auxiliou e tem contribuído com os trabalhos dentro dessa política, principalmente no fortalecimento da rede de atendimento. Três relatos foram identificados dentro das falas e todos elas com conotação positiva, eles dão sentido de um maior fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; maior acompanhamento e de forma continuada, além do acesso à informação ao atendimento socioassistencial e; acesso para outras políticas como saúde e educação. Alguns desses avanços inclusive já foram trazidos anteriormente e corroboram com uma visão muito mais integradora desse programa ao adentrar no campo das políticas públicas neste município. Ao ser perguntado especificamente sobre possíveis avanços ou retrocessos na política e no atendimento às famílias, foi respondido que:

Sim, **avançou sim**. No começo ninguém conhecia e depois as pessoas começaram a procurar o programa. (EPCF 2)

Sim, algumas famílias saíram da vulnerabilidade e outras não, eles acham que vão pegar alguma coisa do CRAS. **Teve um avanço, não vou falar de todos**, mas uns cinquenta por cento, **conseguimos**. Tirar eles daquela vulnerabilidade, pra eles trabalharem e ter uma autonomia, explicar que é uma cesta básica e não é pra vida toda. Algumas famílias

não entendem. É uma emergência. **O avanço é 50%.** (EPCF 3)

Olha eu vou te falar assim, já tivemos avanços com algumas **famílias que já estão trabalhando**, o marido arrumou emprego, fez a capacitação da FAC (Fundo de Apoio à Comunidade), aqui nós temos a FAC aqui (EPCF 4)

No sentido de um vínculo com eles, com a família. Assim, **eram família fechadas, famílias que não desenvolviam muito né?** Não eram participativas aqui no cras né? Aí eu levava atividade, começava a fazer com as crianças, desenvolvia e eu vi um processo assim positivo com a famílias sabe, uma evolução, do antes né? E agora (EPCF 5)

Sim, com certeza! Eu vejo na família, **o resultado na família é o mais importante.** Acho que todo mundo trabalha no intuito de resultados para as nossas famílias. Principalmente a questão de vínculo. Eu percebo isso quando a gente tem reuniões, a gente convida as mães e elas vêm com filhos. Eu percebo isso quando a gente coloca cursos e as mães traz com os filhos. **A gente percebe o vínculo que a gente tem cobrado e que as famílias têm conquistado com o programa** (EPAIF 5)

Além desses avanços pontuados, em uma das entrevistas foi citada a relação que essas famílias atendidas, que estão em vulnerabilidade econômica, têm com as políticas de geração de renda, por meio de cursos de sabão, de beleza e estética, de produtos gastronômicos. Isso permitiu ter sua realidade alterada, como pontua a EPCF 4 “tenho família que hoje em dia não tá mais no Criança Feliz, mas onde me vê vem vender sabão. Então assim, tem progresso? Lógico que tem! Ela me falou que assim, não tinha banheiro na casa dela, ela morava numa taperinha assim que não tinha banheiro”, reforçando então essa integralidade e intersectorialidade entre as políticas presentes no município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um sucateamento das políticas socioassistenciais que podem ser colocadas em destaque e nos fazer questionar: Por que não aumentar o quadro de recursos humanos do PAIF? Por que não investir mais nesses serviços já consolidados pela política de assistência social, como o SCFV? Essas perguntas se fazem presentes durante toda investigação. No entanto, elas servem como um contraponto à implementação do PCF, que, devido à complexidade e profundidade de tais reflexões, não puderam ser respondidas (pelo menos de forma total) neste

trabalho, que se propôs a potencializar vozes dos trabalhadores que estão envolvidos nesse atendimento da primeira infância em um município específico.

É sabido que as críticas ao Programa foram diversas e reverberaram nas entrevistas, logo, o PCF teve dificuldades de se alicerçar dentro da política socioassistencial de Ponta Porã. Entretanto, o empenho da gestão e dos servidores que passaram e permanecem nesse programa aproximou o serviço do PAIF dessa nova equipe. A Proteção Social Básica de Ponta Porã viu a possibilidade de aumentar e reforçar os vínculos de seus atendimentos e dar continuidade aos objetivos propostos na criação do SUAS e das diretrizes que norteiam o PAIF, utilizando de estratégias coletivas para o melhor atendimento e acompanhamento das famílias que são públicos desse programa. As estratégias ficam evidenciadas nos relatos e são apontadas como eficazes, como o compartilhamento de carro e o planejamento semanal e mensal das visitas e das ações que se tornam importantes para o funcionamento desse programa.

Logo, a administração de Ponta Porã viu no PCF um espaço de potência para os atendimentos e acompanhamentos da rede socioassistencial. Por mais que houvessem críticas, as equipes se utilizaram do Programa para efetivar seus trabalhos com as famílias. Entretanto, é importante refletir que se houve essa necessidade de utilização do PCF para melhorar o PAIF, por que o mesmo não teve investimento em Recursos Humanos e Materiais? Precisou o governo criar um Programa para que se pudesse investir na Proteção Social Básica. Não há aqui um julgamento de valor, porém é necessário refletir que outros caminhos poderiam ter sido trilhados para o atendimento da primeira infância no SUAS.

Pensando nos objetivos desta pesquisa, creio que conseguimos alcança-los de forma satisfatória. Durante a construção da pesquisa e o processo de desenvolvimento, diversas questões apareceram, como a escolha da cidade, quais pessoas participariam, o que questioná-los. Com a definição dos objetivos foi possível desenvolver o trabalho e o conteúdo encontrado no campo possibilitou responder algumas questões e abriu tantas outras, que poderão ser respondidas em outros momentos. Portanto, como todo trabalho, nossa pesquisa tem limites e não conseguiu apresentar toda complexidade da inserção do Programa Criança Feliz em um município de fronteira, contudo conseguimos identificar desdobramentos da implementação, visualizar a relação com o PAIF e discutir alguns pontos da intersectorialidade, assim como almejávamos no início desta pesquisa.

Ao longo de toda essa dissertação, apontei a necessidade e a importância de pensarmos a infância, pensarmos sobre a estimulação dessa fase da vida e da criação de políticas públicas que garantam os direitos necessários para todas as infâncias desse país. Com o reordenamento do Programa Criança Feliz temos a garantia que não recuaremos na discussão sobre a primeira infância e potencializaremos as políticas voltadas para esta etapa da vida e, consequentemente,

para a política socioassistencial. Esta pesquisa se desenhou anterior ao reordenamento, que marca um novo momento para política e práticas desse programa. Porém, ela servirá como dado histórico nesse processo de formulação e implementação das políticas públicas voltadas para primeira infância no Brasil, servindo de base para novas discussões e pesquisas que visem discutir temas com tamanha importância como a INFÂNCIA.

Por fim, é preciso refletirmos em coletivo sobre reformas mais estruturais para alcançar uma distribuição mais equitativa de renda. Para isso é preciso que as políticas públicas avancem em conjunto para que sejam mais efetivas, pois por melhor que seja o investimento na primeira infância, se não houverem mudanças estruturais e profundas de forma global, não teremos aquilo que almejamos, que é garantir de forma integral o atendimento a essa etapa da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, B. O. & Alves, L. R. G. (2020). Letramento digital em tempos de covid-19: uma análise da educação no contexto atual. *Debates em Educação*. Vol 12. N. 28. Acesso em 16 dezembro de 2020 de <file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/10282-38693-2-PB.pdf>
- Arcoverde, A. C. B., Cunha Menezes, A. M., Alcantara Carvalho Melo, E. C., & da Silva Novaes, I. L. (2022). Avaliação de processo da implementação do Programa Primeira Infância no SUAS, no município de Recife/PE. *Emancipação*, 22, 1–26. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.22.2218153.009>
- Ariès, P. (2022). *História social da criança e da família*, (3ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- Azevedo, G. & Sarat, M. (2015). História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. *Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS*, v. 5, n.13 p.19-33, jan./abr. Acesso em: 1º de setembro de 2022 de https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5176/pdf_297
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa, PT: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).
- Bezerra, J. C. (2019). Crise, fundo público e Programa Criança Feliz: sucateamento da política de assistência social? In: *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Acesso em 15 de outubro de 2020 de < <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/954>>.
- Bichir, R. M., Haddad, A. E., Lotta G. S., Hoyler, T., Canato, P. & Marques, C. L. (2019). A Primeira Infância na Cidade de São Paulo: o caso da implementação da São Paulo Carinhosa no Glicério. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. v. 24, n. 77, p. 1-23. Recuperado em 5 de dezembro de 2021 de <https://doi.org/10.12660/cgpc.v24n77.72695>.

- Borges, Júlio César. (2022). Programa criança feliz: Estudo de caso sobre sua institucionalização. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(3 spe), e111222. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211012>
- Braga, J. R. (2020). ESTADO BRASILEIRO: Avanços e Retrocessos da Política de Assistência Social pós-golpe de 2016. Simpósio Internacional Estado, Sociedade E Políticas Públicas, Universidade Federal Do Piauí, p. 97-110. Acesso em 18 de julho de 2023 de <https://sinespp.ufpi.br/2020/upload/anais/NjQx.pdf?043300>
- Cabral, A. L. N. (2016). *Avaliação do Impacto do Programa Mãe Coruja Pernambucana nas taxas de mortalidade infantil e materna em Pernambuco*. Recife - UFPE, s.n. graf, Tab. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24461>
- Cabreira, L. M. R. (2018). *A Mulher Paraguaia da Fronteira e as Políticas de Assistência Social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados.
- Caldas, J. F. F. (2013). Educação Infantil, História e Política: Uma Releitura da Formação de Docentes. UNICENTRO- PR. *Anais do XI congresso nacional de educação*, (pp. 9637 – 9654). Recuperado 10 de novembro, 2021 de https://educere.bruc.com.br/ANAI2013/pdf/9527_5763.pdf
- Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, Out-Dez. Acesso em 15 jan. de 2023 de <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCTbZDZHgNP/?format=pdf&lang=pt>
- Carneiro, A. A., Arcoverde, A. C. B., Melo, C. S. & Alves, T. K. R. (2020). Programa Criança Feliz: metodologia, modelo de governança para proteção social à primeira infância em Pernambuco. *Revista Aval*, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 154-165, jul./dez. Acesso em 10 de janeiro de 2023 de https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58754/1/2020_art_aacarneiro_acbarcoverde.pdf.
- Castro, E. G. & Macedo, S. C. (2019). Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 02, p. 1214-1238. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/40670
- Cavalcante, E. B. T. (2021). O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 23, n. 42, p. 196-215.: DOI: 10.30612/frh.v23i42.15814
- Cellard, A. (2018) A Análise Documental. In J. Poupart, et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ. (pp. 295- 316). Vozes.
- Chaveiro, M. M. R. S. & MINELLA, L. S. (2021). Infâncias Decoloniais, Interseccionalidades e Desobediências Epistêmicas. *Cadernos de Gênero e Sexualidade*. Vol 07, N. 01. Acesso

em 8 de junho de 2022 de <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/issue/view/2178>.

- Chaves, G. M. (2020). Qualidade de vida no trabalho: um estudo com psicólogos (as) que atuam na fronteira entre Ponta Porã-BR e Pedro Juan Caballero-PY. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados.
- Coelho, O. P. (2017). “As crianças são as verdadeiras anarquistas”: sobre decolonialidade e infâncias. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Acesso em 15 de janeiro de 2023 de <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/181862/001075951.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Cordeiro, M. P. O sistema único de assistência social (SUAS): uma (breve) introdução. In: Cordeiro, Mariana Prioli; Svartman, Bernardo; Souza, Laura Vilela. *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. 1. Ed. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018. p. 63-80.
- Costa, T.A. (2015). Os visitantes do programa Primeira Infância Melhor (PIM) e conhecimentos da neurociência: uma articulação necessária. Dissertação de Mestrado FURG. Disponível em <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010715.pdf#:~:text=Adotando%20essa%20linha%20de%20pensamento,tendo%20como%20escopo%20principal%20a>
- Cunha, I. S. (2016). A evolução das políticas de atendimento à infância no Brasil: entre concessões e o reconhecimento de direitos. *REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação*, v.1, n.2, ago./dez.
- Decreto n. 8.869, de 5 de outubro de 2016. (2016). Institui o Programa Criança Feliz. *Presidência da República*. Acesso em 5 de julho de 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8869.html
- Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018. (2018). Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. *Presidência da República*. Acesso em 5 de julho de 2022 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9579.htm
- Dourado, M. P. B. (2019). Na América decolonial: crianças ou infâncias? Uma interrogação sobre a teorização da fase inicial da vida. *Revista de Ciências Sociais*. v. 50 n. 3. [Dôssie] Novos sujeitos, novos direitos e cidadania: pluralismos e perspectivas do Sul. Fortaleza.

Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.36517/rcs.50.3.d08>. Acesso em: 25 de junho de 2022.

- Engle, P. & Lucas, J. E. (2012). Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC) Notas do Multiplicador. Tradução do Instituto Alfa e Beto com autorização do Unicef. MDS, Brasília, Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Cuidados_para_desenvolvimento_crianca.Manualpdf.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.
- Fanon, F. (2018). *Pele Negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Faria, A. L. G. & Santiago, F. (2016). Adultocentrismo e conflito social no cotidiano das Crianças: Descolonizando a educação. Marín Corbera, Martí; Domènech Sampere, Xavier; Martínez i Muntada, Ricard (eds.): *III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict*. Proceedings, Barcelona, CEFID-UAB, p. 850-863.
- Ferreira, E. M. & Sarat, M. (2013). “Criança(s) e infância(s)”: perspectivas da história da educação. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n.27. jul/dez. p. 234 - 252. Acesso em 2 de setembro de 2022 de <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814272013234>
- Fonseca, F. (2013). Dimensões críticas das políticas públicas. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 3, p. 402-418, 2013. Acesso em 20 de julho de 2023 de <https://www.scielo.br/j/cebape/a/vKMRXgGWgT3yKcwYJRhpqws/?format=pdf&lang=pt>
- Gaia, R. S. P., Candido, T. P., & Barbosa Junior, W. B. (2019). O Programa Criança Feliz e suas contribuições para o desenvolvimento da criança na primeira infância: apontamentos sobre o caso de Ribeirão Preto/SP. *Revista sociais & humanas*. Recuperado 15 de outubro de 2021 de <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/37746>
- Gomes, M. A. A. et al. (2018). A polícia das famílias: análise do Programa Criança Feliz. In: *I Seminário de Políticas Públicas Educacionais: Desafios e perspectivas após o golpe de 2016*. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Acesso em 15 de setembro de 2020 de <http://www2.uesb.br/eventos/politicaspublicas/wpcontent/uploads/2018/12/I_SEM_PPE_2018_35.pdf>..
- Governo do Mato Grosso do Sul. (2021). Orientação Técnica do Programa Criança Feliz – Primeira Infância no SUAS. *Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho e Superintendência da Política de Assistência Social*. Programa Criança Feliz - Primeira Infância no SUAS/ MS. Acesso em 15 de julho de 2023 de <https://www.observatorio.sead.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2021/02/OrientacaoTecnica-Programa-Crianca-Feliz-Primeira-Infancia-no-SUAS.pdf>

- Governo do Pernambuco. (2022). PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS /PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - Uma reflexão sobre os diagnósticos da primeira infância e relato de experiência em Pernambuco. 1 ed., 49. Acesso em 20 de agosto de 2023 de <https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/programa-primeira-infncia-no-suasprograma-criana-feliz>
- Governo do Pernambuco. (2023). Diagnóstico sobre a Primeira Infância. Secretaria Executiva de Assistência Social. 30. Acesso em 20 de agosto de 2023 de <https://www.sigas.pe.gov.br/files/05082023042611diagnostico.1a.infancia.08.05.23.pdf>
- Governo do Rio Grande do Sul. (2022). Guia de Integração: PIM e Criança Feliz. Desenvolvido pela Secretaria de Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social e Secretaria Estadual da Saúde. Primeira Infância Melhor. 4a edição. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/08/Guia-PIM-PCF.pdf>
- Junqueira, L. A. P. (2004). A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, 13(1), 25-36.
- Junqueira, L. A. P., Inojosa, R. M., & Komatsu, S. (1997). Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. *El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública: perspectivas, posibilidades y limitaciones*, 63-124.
- Koga, D. (2003). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez.
- Kuhn Junior, N. & Mello, B. B. (2020). A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*. Vol. 12 N. 24, pp. 285 – 312. Acesso em 5 de junho de 2022 de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11899/8356>.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Acesso em 25 de outubro de 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>.
- Lei n. 12.722, de 3 de outubro de 2012. (2012). Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil. Acesso em 2 de janeiro de 2021 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12722.htm.

- Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016. (2016). Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.html
- Lei n. 14.594, de 28 de agosto de 2014. (2014). Introduz modificações na Lei n. 12.544, de 3 de julho de 2006, que institui o Programa Primeira Infância Melhor – PIM. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Acesso em 15 de agosto de 2022 de http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTTO&Hid_TodasNormas=61277&hTexto=&Hid_IDNorma=61277
- Lima Junior, E. B., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O. & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n. 44, (pp.36-51).
- Macedo, J. P., Fontenele, M. G., & Gomes, R. W. S. (2022). Psicologia e Assistência. Social: Crise e Retrocessos Pós-Encerramento do Ciclo Democrático-Popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42 (n.spe), e262852, 1-14. Acesso em 18 de julho de 2023 de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262852>
- Marassi, P. F. (2020). O(s) trabalho(s) das mulheres professoras da fronteira Brasil-Bolívia. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados.
- MARTINS, J. S. (2012). *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.
- Martins, M. R., Dalbosco, (2013). Rousseau e a primeira infância. (dossiê) *Filosofia e Educação*, v. 4, n.2. Acesso em 29 de agosto de 2022 de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635425/3218>
- Mendonça, M. H. M. (2002). O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18. pp. 113-120. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/X6D6jdTrCbd8NSX5TyB3vqH/?format=pdf&lang=pt>
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- Ministério da Cidadania. (2019). O que é o Programa Criança Feliz. O que é. Acesso em 15 de outubro de 2022 de <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/o-que-e-pcf-2>
- Ministério da Saúde. (2016) Diretrizes de estimulação precoce crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Brasília: *Ministério da Saúde*. https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_estimulacao_crianças_0a3anos_n

europsicomotor.pdf

- Ministério de Desenvolvimento Social. (2017a). Criança Feliz: a intersectorialidade na visita domiciliar. Brasília: *Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano*, http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersectorialidade_na_visita_domiciliar_2.pdf
- Ministério de Desenvolvimento Social. (2017b). Criança Feliz: Guia para visita domiciliar. 2ª versão. Brasília, DF: *Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano*. https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20-%20Programa%20Crian%C3%A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf
- Ministério de Desenvolvimento Social. (2017c). Participação do SUAS no Programa Criança Feliz. Ministério de Desenvolvimento Social. *Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano*. Brasília. Acesso em 15 de novembro de 2020 de <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_no_CriancaFeliz.pdf>.
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2006). Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). *Sistema Único de Assistência Social*. Brasília. Disponível em: <https://www.social.go.gov.br/files/arquivos-migrados/54ea65997b6c44c14aa59c27bc4946a1.pdf>
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. *Sistema Único de Assistência Social*. Brasília. Acesso em 20 de julho de 2023 de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Sistema Único de Assistência Social*. Brasília. Acesso em 18 de julho de 2023 de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Montoya, N. P., Silvestre, R. M., & Souto, V. Y. F (2018). Programa Criança Feliz: um olhar para as ações intersectoriais de primeira infância. Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas. Disponível <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/25719>
- Nunes, L. C. (2019). O consultório na rua da fronteira: Formação e atuação dos psicólogos no trabalho extramuros com a população em situação de rua. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados.
- Oliveira, D. A. (2011). Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 115, 323-337. <<http://www.cedes.unicamp.br>>

- Oliveira, N., Souza, D. L., & Castro, C. C. Análise sociométrica da rede de relacionamento das bibliotecas que constituem o Consórcio das Universidades Federais do Sul-Sudeste de Minas Gerais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.19, n.1, p.130-148, jan./mar. 2014. Acesso em 17 de julho de 2021 de <https://www.scielo.br/j/pci/a/hKYhxq3MzhJP7jgwSsdPLSx/?format=pdf&lang=pt>
- Otenio, C. C. M., Otenio, M. H. & Mariano, E. R. (2008). Políticas públicas para criança no Brasil: o contexto histórico-social e da saúde. *Estação Científica Online*, Juiz de Fora, n. 06. Recuperado em 20 julho, 2021, de <https://portal.estacio.br/media/4339/6-politicas-publicas-crianca-brasil-contexto-historico-social-saude.pdf>
- Pase, H. L., Cunha, G. P., Borges, M. L. & Patella, A. P. D. (2020). O Conselho Tutelar e as políticas públicas para crianças e adolescentes. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 18, n. 4, Rio de Janeiro. Acesso em 15 de setembro de 2022 de <https://www.scielo.br/j/cebape/a/6gPR9V6PJ7vFKWx7jK6jLTg/?format=pdf&lang=pt>
- Portaria n. 2.496, DE 17 de Setembro de 2018. (2018). Dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências. *Ministério do Desenvolvimento Social*. Edição: 180. Seção: 1. (pp. 60-62). Recuperado 20 outubro, 2021, de https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41227841
- Portaria n. 1.130, de 5 de agosto de 2015. (2015). Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, *Ministério da Saúde*. Brasília. Acesso em 5 de janeiro de 2020 de < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html>.
- Portaria n. 1.217, de 1º de julho de 2019. (2019). Dispõe sobre o público prioritário do Programa Criança Feliz. Diário Oficial da União, *Ministério da Saúde*. Brasília. Acesso em 20 de novembro de 2020 de <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.217-de-1-de-julho-de-2019-185275628>.
- Portaria n. 1.459, de 24 de junho de 2011. (2011). Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Diário Oficial da União, *Ministério de Saúde*. Brasília. Acesso em 5 de janeiro de 2020 de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html.
- Prnewswire. (2019) *Criança Feliz do Brasil, um dos seis vencedores do Prêmio Wise 2019*. Revista Exame. Recuperado 20 julho, 2021, de <https://exame.com/negocios/releases/crianca-feliz-do-brasil-um-dos-seis-vencedores-dos-premios-wise-2019/>
- Ramalhais, T. F. et al. (2020). A importância da estimulação precoce na primeira infância com

crianças institucionalizadas. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 55083-55096. ISSN 2525-8761. DOI:10.34117/bjdv6n8-068

Resolução CNAS/MDS n. 117, de 28 de agosto de 2023. Aprova o reordenamento das ações de Assistência Social do Programa Criança Feliz, em consonância com o Programa Primeira Infância no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). ISSN 1677-7042. N. 165. Acesso em 05 de setembro de 2023 de <https://www.bsgestaopublica.com.br/resolucao-mds-cnas-no-117-de-28-de-agosto-de-2023/>

Resolução MDS/CIT n. 4, de 30 de agosto de 2023. (2023). Pactua o reordenamento das ações de Assistência Social do Programa Criança Feliz, em consonância com o Programa Primeira Infância no SUAS. Acesso em 05 de setembro de 2023 <https://www.bsgestaopublica.com.br/resolucao-mds-cit-no-4-de-30-de-agosto-de-2023/>

Ribeiro, A.S. (2002). A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira, em Boaventura de Sousa Santos (org.), *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 475-497.

Rodrigues, A. P. C. M. & Cruz, S. H. V. (2020). Programa Criança Feliz: reflexões sobre o atendimento à infância no Brasil e os efeitos dessa política na garantia de direitos das crianças na primeira infância. *Revista Pedagógica*. v. 22. Recuperado 16 outubro, 2021, de <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.4008>

Rosa, L. A. (2020). MS tem três premiados em concurso nacional que valoriza quem atua no fortalecimento da primeira infância. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, Mato Grosso do Sul. Acesso em 20 de agosto de 2021 de <https://www.sedhast.ms.gov.br/ms-tem-tres-premiados-em-concurso-nacional-que-valoriza-quem-atua-no-fortalecimento-da-primeira-infancia/>

Rosa, L. A. (2023). Com foco na primeira infância, programa já realizou mais de 106 mil visitas em MS neste ano. Acesso em 10 de setembro de 2023 de <https://www.sead.ms.gov.br/com-foco-na-primeira-infancia-programa-ja-realizou-mais-de-106-mil-visitas-em-ms-neste-ano>

Ruiz, I. (2021). *Institucionalidade jurídica e retrocesso nas políticas públicas: uma análise do sistema único de assistência social*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Santiago, F. (2019). *Eu Quero Ser o Sol* – crianças pequeninhas, culturas infantis, creche e intersecção. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

Santos, B. S. (2018). Introdução às epistemologias do Sul. In: Boaventura de Sousa Santos: *Construindo as Epistemologias do Sul. Vol. I* (Buenos Aires: CLACSO, novembro de

- 2018) Pg.297 a 333. Acesso em 5 de abril de 2022 de http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181203044407/Antologia_Boaventura_PT1.pdf.
- Santos, G. S., Pieszak, G. M., Gomes, GC, Biazus C.B. & Silva, S.O. (2019). Contribuições da Primeira Infância Melhor para o crescimento e desenvolvimento infantil na percepção das famílias. *Rev Fun Care Online*. (pp. 67-73). Recuperado 16 outubro, 2021, de <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i1.67-73>
- Santos, I. S., Munhoz, T. N., Barcelos, R. S., Blumenberg, C., Bortolotto, C. C., Matijasevich, A., Salum, C., Santos Júnior, H. G., Marques, L., Correia, L., Souza, M. R. de., Lira, P. I. C. de., Pereira, V., & Victora, C. G.. (2022). Avaliação do Programa Criança Feliz: um estudo randomizado em 30 municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(12), 4341–4363. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222712.13472022>
- Santos, J. W. B. (2019). Política de assistência social e a renovação das ideias neoliberais no brasil: uma análise do programa criança feliz/primeira infância. In: *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Acesso em 15 de outubro de 2020 de <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1870>
- Santos, K. S. (2020). *Uma política em desmonte: os retrocessos ocorridos na política de assistência social nos anos de 2017 a 2019* (Monografia). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Sarat, M. & Campos, M. I. (2017) Memórias da Infância e da Educação: abordagens eliasianas sobre as mulheres. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, out./dez. p. 1257-1277. Acesso em 29 de agosto de 2022 de <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623664283>
- Scherer, M. R. (2007). A globalização e a infância: reflexos e reflexões nas falas das crianças. Dissertação de mestrado, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-2703/a-globalizacao-e-a-infancia--reflexos-e-reflexoes-nas-falas-das-criancas>
- Shimabukuro, A. Y. & Reis, C. J. T. (2019). Desenvolvimento do pensar na primeira infância: do zero aos três anos. *Br. J. Ed., Tech. Soc.*, v.12, n.1, Jan.-Mar., p.43-52.
- Silva, B. B. (2019). “*Em defesa dos menores*”: *O trabalho de menores nas fábricas do Rio de Janeiro* (1924-1927). Anais do 2º Encontro Internacional de Histórias & Parcerias. Acesso em 10 de julho de 2023 de www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570553802_ARQUIVO_2f7300988fdf86349b02c73ba84f5f53.pdf.
- Sobrinho, J. I. L., Veiga, G. (2023). *O desfinanciamento da Política de Assistência Social no (des)governo Bolsonaro*. Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º

- Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X, Vitória. Acesso em 18 de julho de 2023 de <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41346>
- Sorgatto, A. L. (2019). A Saúde Mental na Fronteira: uma cartografia da loucura Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados.
- Souza, T. E. N., Souza, J. B. S., Araujo, E. C. F. A. & Vasconcelos, R. C. (2019). Política de Assistência Social: Os desafios da proteção social à criança e ao adolescente com a institucionalização do Programa Criança Feliz vinculado ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS. *IX Jornada Internacional de Políticas Públicas*. Universidade Federal do Maranhão. Acesso em 20 de agosto de 2020 de http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_758_7585cbbb24e6ba88.pdf
- Sposati, A. (2017). Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 526-546. Acesso em 25 de agosto de 2020 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282017000300526&lng=en&nrm=iso
- Vaitsman, J., Andrade, G. R. B. D., & Farias, L. O. (2009). Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 731-741.
- Vaitsman, J. & Lobato, L. D. V. C. (2017). Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência: barreiras de acesso e lacunas intersetoriais. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 22, (pp. 3527-3536).
- Vygotsky, L. S. (1998). *A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Wanderley, M. B., Martinelli, M. L. & da Paz, R. D. O. (2020). Intersetorialidade nas Políticas Públicas. *Serviço Social & Sociedade*. n. 137, (pp. 7-13).

APÊNDICES

Roteiro de Perguntas

O Programa Criança Feliz foi instituído no município de Ponta Porã, o que causou efeitos no atendimento as famílias e reorganizou o atendimento a 1ª infância. Por conta disto realizaremos entrevistas para entender esse processo de implementação e de gestão de trabalho no município de Ponta Porã – MS.

Profissionais do PCF

- Como é seu nome?
- Qual o gênero que se identifica?
- Qual sua cor, raça e/ou etnia?
- Trabalha a quanto tempo na política de Assistência Social? Em quais setores trabalhou/trabalha?
- Qual o cargo que exerce? Possui alguma formação?
- Qual o vínculo com a prefeitura, você participou de processo seletivo, é concursado, contratado, cargo de confiança?
- Há quanto tempo trabalha junto ao PCF?
- Trabalhou na política de assistência social antes da implementação do PCF?
- Existe uma frequência de reunião da equipe do PCF com outras equipes?
- Como você avalia a relação do PCF com outras políticas (educação, saúde)?
- Como são realizados os encaminhamentos e qual a frequência de encaminhamentos para a rede socioassistencial e para outras políticas?
- O comitê gestor no município está atuante? Como ele se organiza? Se encontram com qual periodicidade?
- Em que o comitê gestor tem auxiliado? Pode relatar algum caso?
- Você percebe alguma diferença nos atendimentos da rede após a implementação do PCF? O que ele acrescenta nos atendimentos? (quem trabalha antes do PCF começar a atuar no município)
- Quais os maiores desafios dentro da rede socioassistencial para o atendimento na 1ª infância em Ponta Porã?
- Quais os avanços após a implementação do PCF?
- Como você avalia o trabalho do PCF na cidade de Ponta Porã?
- Quais as perspectivas em relação ao PCF no município?

Profissionais PAIF

- Como é seu nome?
- Qual o gênero que se identifica?
- Qual sua cor, raça e/ou etnia?
- Trabalha a quanto tempo na política de Assistência Social? Em quais setores trabalhou/trabalha?
- Qual o cargo que exerce? Possui alguma formação?
- Qual o vínculo com a prefeitura, você participou de processo seletivo, é concursado, contratado, cargo de confiança?
- Trabalhou na política de assistência social antes da implementação do PCF?
- Há quanto tempo trabalha no PAIF?
- Existe uma frequência das reuniões entre a equipe do PAIF com o PCF?
- Relate experiências de intersetorialidade de casos. Cite um exemplo.
- Quais casos/situações que a equipe do PCF contribuiu mais para o atendimento a família. Antes e pós pandemia, o que mudou no atendimento.
- A equipe do PCF se relaciona com todas as equipes do PAIF?
- Quais os maiores desafios dentro da rede socioassistencial para o atendimento na 1ª infância em Ponta Porã?
- Quais os avanços após a implementação do PCF?
- Como você avalia o trabalho do PCF na cidade de Ponta Porã?
- Quais as perspectivas em relação ao PCF no município?

Supervisão e coordenação

- Como é seu nome?
- Qual o gênero que se identifica?
- Qual sua cor, raça e/ou etnia?
- Trabalha a quanto tempo na política de Assistência Social? Em quais setores trabalhou/trabalha?
- Qual o cargo que exerce? Possui alguma formação?
- Qual o vínculo com a prefeitura, você participou de processo seletivo, é concursado, contratado, cargo de confiança?
- Trabalhou na política de assistência social antes da implementação do PCF?
- Há quanto tempo está na gestão da Assistência Social? Já atuou em outro momento?

- O comitê gestor no município está atuante? Como ele se organiza? Se encontram com qual periodicidade?
- No município já foi desenvolvido o SCFV de crianças de 0 a 6 anos? Como foi a experiência?
- Quais os maiores desafios dentro da rede socioassistencial para o atendimento na 1ª infância em Ponta Porã?
- Quais os avanços após a implementação do PCF?
- Como você avalia o trabalho do PCF na cidade de Ponta Porã?
- Quais as perspectivas em relação ao PCF no município?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada, “PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ”. O objetivo desta investigação será analisar a relação do Programa Criança Feliz (Primeira Infância no SUAS) e do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Ponta Porã – MS. A pesquisa será realizada pelo mestrando/pesquisador, Luan Fernando Schwinn Santos, sob a orientação da Prof.^a Dr^a. Gabriela Rieveres Borges de Andrade. Justifica-se esta investigação pela recente criação e implementação do Programa Criança Feliz na política socioassistencial, sendo, portanto, necessário investigar os efeitos dessa implementação a partir de profissionais da política de Assistência Social. Espera-se que este estudo traga informações relevantes sobre o Programa Criança Feliz em Ponta Porã, bem como sua relação com o PAIF, fornecendo dados importantes para novas pesquisas, tendo em vista que há poucos estudos sobre o Programa Criança Feliz. Sua participação será em forma de entrevista individual, com duração de aproximadamente meia hora a uma hora. A aplicação da entrevista pode envolver o risco de algum constrangimento, cabendo, neste caso, a opção de não responder as questões julgadas desconfortáveis e/ou que não queira. Entretanto, caso sejam identificados danos provenientes desta pesquisa, o participante tem assegurado o direito a ser assistido, indenizado e ressarcido de tais danos. Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Em todos os momentos de desenvolvimento da pesquisa o Sr.(a) terá autonomia para requerer quaisquer esclarecimentos referentes à pesquisa, bem como a liberdade no acompanhamento da mesma e ainda garantindo-lhe o direito em não querer divulgação de qualquer parte de seu relato e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Assim, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação em qualquer

fase da pesquisa, sem prejuízo algum. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a). Os dados da entrevista audiogravadas serão transcritos e ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos garantindo o sigilo e a privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada. Este registro de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Sr. (a).

Eu,....., declaro para os devidos fins que fui suficientemente informado(a) a respeito do protocolo de pesquisa em estudo e que li, ou que foram lidas para mim, as premissas e condições deste Registro de Consentimento Livre e Esclarecido. Concordo em participar da pesquisa “PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ” proposta por intermédio das condições aqui expostas e a mim apresentadas pelos pesquisadores. Declaro ainda que ficaram suficientemente claros para mim os propósitos dos estudos, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade científica e de liberdade, quanto à minha participação, de isenção de despesas e/ou compensações, a garantia de esclarecimentos permanentes, bem como recebi uma via original deste registro de consentimento livre e esclarecido. Autorizo que os dados fornecidos sejam revelados para fins exclusivamente científicos, a fim de configurar os objetivos da pesquisa. Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa ciente de que não serão divulgados nomes e dados pessoais dos participantes.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP), da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Número do Parecer: _____. O CEP-UFGD é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê na UFGD fica no prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070, tendo o contato: (67) 3410-2853.

_____ MS, _____ de _____ de 2022.

_____ Participante da Pesquisa

_____ Pesquisador